



Universidade Federal do Pará (UFPA)
Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD)
Mestrado em Direito

Yssô Truká (Ailson dos Santos)

***Povos indígenas e acesso à Saúde
o caso do povo Truká***

Texto referente à dissertação de Mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Direito orientada pela Prof^a. Dr^a. Jane Felipe Beltrão apresentado como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Direito.

Belém-Pará

Maio, 2023

***Povos indígenas e acesso à Saúde
o caso do povo Truká***

Yssô Truká (Ailson dos Santos)

Defesa realizada em:

..... de junho de 2023.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Uwira Xakriabá/ William César Lopes Domingues – UFPA(examinador externo)

Prof^a. Dr^a. Rosani de Fátima Fernandes – PPGD/UFPA (examinadora interna)

Prof. Dr. Almiros Martins Machado – PPGD/UFPA (examinador interno suplente)

Prof^a. Dr^a. Jane Felipe Beltrão – PPGD/UFPA (orientadora, presidente da Banca)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

T865p Truká, Yssô (Ailson dos Santos).
Povos indígenas e acesso à Saúde: o caso do povo Truká / Yssô
(Ailson dos Santos) Truká. — 2023.
54 f.

Orientador(a): Profª. Dra. Jane Felipe Beltrão
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em
Direito, Belém, 2023.

1. Povo Truká. 2. Sistema Tradicional de Ação para Saúde
Truká. 3. Caminhos e descaminhos do SASI-SUS. 4. SUS. I.
Título.

CDD 306.08

Agradecimentos

O trabalho no mestrado é uma jornada desafiadora, é caminhar em uma estrada desconhecida em busca de muitas respostas para chegar a algum lugar, caminho que começa ser traçando ainda no acesso ao curso com o qual somos agraciados. Considero essa caminhada como a jornada da vida em defesa de tudo que acreditamos, mas nada seria possível sem as muitas ajudas de grandes parceiros. É de forma cuidadosa que levamos à frente a certeza de que tudo vai correr bem ao dar partida nessa grande caminhada, é importante reconhecer que a pavimentação dessa caminhada não seria possível sem a generosidade da minha querida amiga e orientadora Professora Dr^a. Jane Felipe Beltrão, que cuidadosamente e pacientemente caminhou a meu lado, em todos os momentos dessa grande jornada, sempre me orientando e criando meios para que essa caminhada se tornasse promissora dando conta dos grandes desafios, tornando possível essa realidade.

Agradeço também a todas as professoras e aos professores que me possibilitaram o privilégio de caminhar a partir de suas sábias orientações. Recordo dos importantes conselhos do professor Dr. José Heder Benatti, ainda na banca de avaliação para o ingresso ao curso. Como foram importantes as suas orientações tanto no meu ingresso, quanto nas disciplinas que ofereceu juntamente com o professor Dr. Girolamo Domenico Treccani. Agradeço também ao meu querido amigo professor Dr. Ricardo Dib Taxi e ao professor Dr. Ricardo Evandro Santos Martins, que com as suas grandes orientações, tanto em *Narrativas Silenciadas*, quanto em *Teoria do Direito* contribuíram para me despertar a novas visões de mundo. Sou grato pelas orientações de um grande amigo do qual me tornei admirador o professor Dr. Antonio Gomes Moreira Maués na disciplina de *Direito Constitucional*, grande mestre! Ao professor Dr. Breno Baia Magalhães, as suas importantes orientações em *Teoria dos Direitos Humanos*. Ao nosso grande mestre e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito, professor Dr. Saulo Monteiro Martinho de Matos, sou grato pelos ensinamentos na disciplina de *Teoria do Direito*.

Não posso deixar de lado as ricas orientações de grandes nomes do meu círculo de amizade, meus parentes indígenas: professor Dr. William Cesar Lopes Domingues (Uwira Xacriabá, grande Guerreiro) e do grande mestre Dr. Almires Martins Machado. Em toda a caminhada pude contar também com as mãos amigas e bondosa da minha parenta,

professora Dr^a. Rosani de Fatima Fernandes (do povo Kaingang). Agradecido sou a professora Dr^a. Zelia Amador De Deus que, juntamente com a minha orientadora professora Dr^a. Jane Felipe Beltrão, e suas orientações nas aulas de antropologia nos diversos encontros que vivenciamos.

Quero ainda agradecer a professora Dr^a. Cristina Figueiredo Terezo, por sua sabedoria e orientação nas aulas de *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, de quem me tornei admirador pelos seus gestos humanos frente a todos nós da turma.

Faço uma homenagem especial a minha querida amiga, a Dr^a. Juíza do TJ/PA, Andrea Ferreira Bispo, com quem pude contar em todas as horas dessa grande jornada.

Devo agradecer a minha família que sem a participação oferecendo apoio, carinho, compreensão e encorajamento para que eu não perdesse o rumo dessa tão importante jornada.

À minha querida mãezinha Maria de Lourdes dos Santos, cacica e anciã do nosso povo Truká, que é minha grande guerreira e à minha esposa Edna Bezerra Pajeú a quem amo incondicionalmente, meu muito obrigada!

Meus queridos filhos: Antonio Cirilo Pajeú dos Santos e meu pequeno Berto Cirilo Pajeú dos Santos, que em nome deles eu homenageio meus sete filhos e meus oito netinhos. E, minha pequena netinha Maria Lavinia, que me dá força para continuar nessa grande jornada da vida, obrigada!

Agradeço as ricas contribuições de meus interlocutores: minha irmã Genecleia Nunes de Souza; meu sobrinho Ademilson Barros; os pajés Ulisses Mendes da Silva e meu irmão Adilson dos Santos Vieira; ao nosso juremeira Rivaldo Freire dos Santos; as nossas mezinheiras; benzedeiras xaropeiras, raizeiras; as parteiras Elizete Maria Mendes da Silva e dona Santinha; e aos demais anciões do nosso povo, que além de nossos mestres e contra mestres dos terreiros sagrados; a nossa equipe multidisciplinar; às nossas professoras e professores, pois foram elas e eles que colocaram suas mãos nessa construção coletiva na busca de evidenciar a realidade do povo Truká de Orocó/PE, no que se refere aos diversos sistemas de cuidado com o corpo, o espírito e a alma para não adoecer. Na verdade, sem elas e eles a autorização do nosso pai Tupã e dos bons mestres da nossa ancestralidade, não seria possível desenvolver este magnífico trabalho, espero doravante compensá-los a todas e todos pelas inúmeras horas de atenção e brincadeiras que lhes devo. Foram todas e todos vocês que me ofereceram estímulo nesta caminhada.

Expresso, também, os meus profundos e sinceros agradecimentos a todas as pessoas que contribuíram de forma direta e indireta para a concretização desta dissertação, estimulando-me intelectualmente e emocionalmente, para finalizar. E meus sinceros agradecimentos os meus sinceros agradecimentos a banca de qualificação formada por grandes e magníficos mestra e mestres: professora Dr^a. Rosani de Fatima Fernandes (povo Kaingang) e os notáveis professores: Dr. William Cesar Lopes Domingues (Uwira Xacriabá grande Guerreiro) e do grande mestre Dr. Almiros Martins Machado (povo Guarani), de quem recebi grandes e excelentes orientações, que muito facilitaram a conclusão do trabalho.

Espero ter feito o melhor.

DSEHOÁ NINHÓÁ ANDE DOKLÍ AÍ KÂGRÍ I-BEIPRÍ BÓ DSEHO TUKÁ

Manuté: Mewonhé bó doklí bó dsehoá ninhóá aía natéaai by kâgrí bó bohoho woibó aiby kâgrí (SUS-BWK) woré i-bohoho-ty aiby mandí ai Kâgrí Ninhó, banunurú bó (BWK-SUS) niokrí-té doho naê bó honé buyho sumará-mysã. Witamedí-mysã, witamedí, bihé-mysã samará mysã, sumará mysã, aiby wachaní-tó ande witamedí aiby kayakú-sumará-mysã aiby bihé-tototó sumará-mysã-totó ande sumará-mysã-tó ande sumará-mysã eró andelí i-wisedse bó saidzá. Doighidi bó dseho Tuká ku-banunuruá ai netso ande i-mewonhéá wã-netso amui kede dó i-bohoho-ty pereté saerae-di narubae i-morinéá netsowonhé ninhoá ande, pí manhê, iá bohohoá aiby kâgrí bó dsehoá kodoróá. I-bohoho aiby kluto amui ai kâgrí idade i-ehê-ba naté-té aiby keité enunhe-kainhé dehó i-bohoho-ty aiby mandi ai kâgrí ninhó bó (BWK-SUS), i-vdjé pidê-di mo wobohó bó pliwidokié amui paretohy i-doklí aía undé-nusíá kudohóá aiby kâgrí mo weréá aiby tohodi ande echi rakikí. Taruru-inghí, anaklé-inghí ande tô-inghí anaklé aía maehae morinéá keitéá aiby huloboéá radamuiá bó dsehoá deho kua semymé warandizí dó i-ehê nó bedí anaklé-inghí aía itunhyá kainheá ande unéá dzunasíá marobá-té aía nudíá ande kainhé aiby kribae dseho ninho, wereté-inghí aía unéá bó undé-nusíá kudohóá amui paretohy keité aiby pliwidokié dehó kuaá aí kuná wã-kié katsewí bó morinéá honéá ukamuiédeá-té aiby keité bohoho-honé. Mo saidzá taruru-nó i-subatekiéá ande ai netso bó dseho Tuká dó derá mo radá ninhó Tuká Tapera mo doighy, ukisí-radá aiby Orocó mó Pernambuco mo renghé natiá bó mynhedá bó Kâgrí Maria.

Ridzá-totoklite: Dseho Tuká; Bohoho idade bó kluto amui kâgrí Tuká; Wowoá ande wowoá-dy bó SASI-SUS; SUS.

POVOS INDÍGENAS E ACESSO À SAÚDE O CASO DO POVO TRUKÁ

Resumo: Tratar do acesso dos povos indígenas aos serviços de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS), via o subsistema de Atenção à Saúde Indígena, componente do SUS, instituindo por força da Lei nº. 9.836/99, de 23 de setembro de 1999, é o objetivo da Dissertação. A partir do Povo Truká reunimos a vivência e os argumentos teóricos para demonstrar que o subsistema jamais poderá substituir os diversos saberes indígenas e, menos ainda, os sistemas de saúde dos povos originários. O sistema de ação para a saúde tradicional deve ser usado de maneira intercultural com o subsistema de Atenção à Saúde Indígena do SUS, o qual ficará na retaguarda do atendimento para garantir o acesso aos estabelecimentos públicos de saúde nos níveis de média e alta complexidade, considerando, respeitando e fazendo respeitar as mais diversas formas de organizações internas dos povos com vista promover a intermedicalidade que deve se dar respeitando as crenças culturais e práticas terapêuticas articuladas aos interesses e costumes de cada povo indígena, adequando as práticas dos estabelecimentos públicos para garantir formas de acolhimento com vistas à equidade sem prejuízo das demais normas estabelecidas de forma constitucional. Na Dissertação, considera-se os conhecimentos e a vivência do povo Truká que reside na terra indígena Truká Tapera, no hoje, município de Orocó, em Pernambuco no antigo aldeamento da Missão de Santa Maria.

Palavras-chave: Povo Truká; Sistema Tradicional de Ação para Saúde Truká; Caminhos e descaminhos do SASI-SUS; SUS.

***INDIGENOUS PEOPLES AND ACCESS TO HEALTH
THE CASE OF THE TRUKÁ PEOPLE***

Abstract: Deal with the access of indigenous peoples to the health services of the Unified Health System (SUS), via the Indigenous Health Care subsystem, a component of the SUS, established under the Law no. 9,836/99, of September 23, 1999, is the purpose of the thesis. Based on the Truká People, we gather the experience and theoretical arguments to demonstrate that the subsystem will never be able to replace the diverse indigenous knowledge and, even less, the health systems of the original peoples. The action system for traditional health must be used interculturally with the SUS Indigenous Health Care subsystem, which will be at the back of care to guarantee access to public health facilities at medium and high complexity levels, considering, respecting and ensuring respect for the most diverse forms of internal organizations of the peoples with a view to promoting the intermedicality that must take place respecting the cultural beliefs and therapeutic practices articulated to the interests and customs of each indigenous people, adapting the practices of public establishments to guarantee forms of reception with a view to equity without prejudice to the other norms established in the Constitution. In the thesis, it's considered the knowledge and experience of the Truká people who live in the Truká Tapera indigenous land, in what is now the municipality of Orocó, in Pernambuco, in the former settlement of the Mission of Santa Maria.

Keywords: Truká people; Truká Traditional Action System for Health; Paths and detours of SASI-SUS; SUS.

Sumário

<i>Por uma etnografia Truká (introdução)</i>	9
<i>1. Da relevância da saúde indígena</i>	12
<i>2. Quem sou e por que falo como e pelos Truká</i>	15
<i>3. O povo Truká nos dias de hoje</i>	17
<i>3.1. Narrativas de origem dos Truká</i>	18
<i>3.2. A educação Truká</i>	19
<i>3.3. Os fundamentos da educação escolar Truká</i>	19
<i>3.4. A organização social e política dos Truká</i>	23
<i>3.5. A organização econômica dos Truká</i>	28
<i>3.6. O território Truká</i>	29
<i>4. O Sistema Tradicional de Ação para Saúde Truká</i>	34
<i>5. Sistema de Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde – entre lutas, lutos</i>	40
<i>Em busca de resultados (à guisa de conclusão)</i>	48
<i>Referências</i>	51
<i>Documentais</i>	51
<i>Bibliográficas</i>	51

Por uma etnografia Truká (introdução)

Considerando que o meu povo é pouco conhecido na literatura antropológica, optei por apresentar as nossas tradições para uma melhor compreensão do leitor. Assim sendo, uso das narrativas que ouvi e ajudei a construir “entre e com” o meu povo. As narrativas compreendem o que aprendi para ser Truká e o que presencio como liderança no cotidiano da aldeia destacando as categorias que considero essenciais para conhecer nós o povo Truká.

Na verdade, existem alguns trabalhos sobre nós os Truká em alguns campos do conhecimento, como por exemplo: Educação Escolar Truká, considerando tanto o comprometimento dos docentes Truká quanto com o cotidiano escolar, como também com a sua formação para atuar no magistério, sempre preocupados com suas performances (Florêncio & Adib, 2022) que veio a público recentemente pelo Espaço Ameríndio. Em 2020, Roberto Remígio Florêncio se propôs a

“... apresentar elementos socioculturais da aldeia Truká de Assunção como aspectos que dizem respeito à territorialidade indígena em sua ressignificação identitária, na luta pela retomada de seu território mítico e pela preservação de sua cultura (religiosidade, língua, costumes), principalmente, como movimento de escolarização intercultural.” (2020: 62)

A Educação Escolar Indígena parece ter chamado atenção dos acadêmicos, tanto que Katia Maria Rodrigues Gomes (2012) escreveu sobre as práticas de letramento a partir dos professores que atuam nas aldeias Truká, contemplando a importância das ações para a afirmação étnica do meu povo.

Bem antes dos trabalhos recentes que aponto, Mércia Rejane Rangel Batista escreveu, dentro da proposta de João Pacheco de Oliveira que descortinava e visibiliza os povos indígenas localizados no hoje território que chamamos Nordeste, por intermédio de dissertação de mestrado, ainda em 1992, denominada: *De Caboclos da Assunção a Índios Truká. Estudo sobre a emergência da identidade étnica Truká* e, dando

continuidade a sua formação, apresentou ainda *Descobrimdo e Recebendo Heranças. As lideranças Truká*, como tese de doutoramento.¹

É Manuela Schillaci, em 2017, que tratou em sua tese de doutoramento de questões bastante atuais, pois abordou a *Religiosidade Truká e o rio São Francisco (PE): um estudo da violência simbólica das grandes obras*, na qual mostra o desencontro entre o que nós pensamos, enquanto povo Truká, e a violência do Estado brasileiro quando, sem consulta, impõe sua vontade sobre nós os Truká.

Que diga respeito à saúde de nós Truká, temos um único trabalho escrito por Hítalo Thiago Gomes Vieira; Jacqueline Eyleen de Lima Oliveira e Rita de Cássia Maria Neves, em 2013, denominado *A relação de intermedicalidade nos Índios Truká, em Cabrobó – Pernambuco*. Entretanto, do meu ponto de vista os autores fazem uma certa confusão ao usar a noção de intermedicalidade.

Em 2019, recebemos o material produzido pela Cartografia Social que abrange os povos indígenas do Rio São Francisco e há ainda sobre nós, alguns outros materiais que referem os povos do Nordeste, mas nenhum dos materiais traz a versão de nós povo Truká.

Pelo que narro, até aqui, e pelas reflexões que faço desde o ingresso no mestrado, considero que é extremamente necessário apresentar o ponto de vista do meu povo Truká, razão pela qual faço aqui uma narrativa em busca de ressignificar o nosso lugar de pertencimento, pois acredito que este pequeno estudo sobre o nosso povo não será lido apenas por nós Truká, outras pessoas indígenas e não indígenas terão acesso a todo o conteúdo, pois uma das missões do nosso povo é dar conhecer, as demais pessoas, a nossa história, só assim é possível compreender a nossa luta e resistência.

Nossos interlocutores na aldeia e nos movimentos indígenas são, como se costuma dizer, os mais velhos, eles são os nossos livros e o conjunto das pessoas experientes compõem uma biblioteca oral de fazer inveja aos não indígenas. E, nós os Truká consideramos a experiência uma importante fonte de conhecimento, pois ela incorpora a luta e se contrapõe às narrativas feitas por terceiros. Portanto, experiência/vivência é conhecimento e como tal permite apresentar a nossa versão dos fatos. É o que faço!

¹ Sobre os povos indígenas no Nordeste, consultar a coletânea organizada por João Pacheco de Oliveira, intitulada: *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena* publicada pela Contra Capa, no Rio de Janeiro, em 1999.

Realizei infinitas rodas de conversas com todos os especialistas da saúde indígena, lideranças e anciões do meu povo, para apresentar os nossos sistemas de saúde. Porém, só narro aqui o que consegui, pois não pude conversar com as lideranças dos diversos territórios. As informações e afirmações, contidas nesse relato, dizem respeito ao Território Indígena Truká Tapera.

1. Da relevância da saúde indígena

Os povos originários do continente de Pindorama sempre fomos muito felizes, tínhamos problemas de convivência familiar, mas sempre tivemos a sabedoria de enxergar os caminhos justos e adequado a tais fatos. Vivíamos assim até a invasão por volta dos anos 1500 pela esquadra dos europeus, éramos quatro grupos que se somavam em muitos e diversos povos: os tupi, no litoral e parte do interior; os macro-jê no Norte da Bacia Amazônica e Nordeste; os aruaque, no Planalto Central; e os cariri, na região Amazônica e também no Nordeste. Apesar do processo colonial genocida e devastador nós resistimos e existimos.

As lideranças indígenas que se sacrificaram para que outros conseguissem sobreviver e se manter segundo as nossas tradições, produzindo apenas o que precisam para se manter, sem gerar excedente. Transitar para garantir a continuidade da nossa espécie, o contato com a nossa Pacha Mama,² o zelo com a confirmação dos códigos de convivência com a natureza e seus elementos sagrados que sempre garantiram as diversas formas de ensinamentos e saberes da educação e saúde indígenas como alimento originário de nossas famílias. Os invasores não têm limites e tampouco respeito por nós, os donos da terra, sua ganância é absurda e criminosa, os nossos espaços sagrados foram pouco a pouco sendo delapidados e tentam tomar da gente a nossa mãe terra a Pacha Mama, o nosso Sumak Kawsay, a nossa Abya Yala. O nosso cosmo não aguenta tanta desordem e genocídio praticado contra aqueles que buscam sempre as mais diversas formas naturais de viver e conviver com as diferenças.

A luta dos povos originários sempre é em busca de diálogo e respeito com as diferenças, os povos originários sempre acreditaram que há motivos e razões suficientes para viver todos juntos apesar das diferenças. Entretanto os impúrios,³ os violentos que sempre se apegaram às mais cruéis práticas de genocídio para justificar a sua ganância e delapidação do bem da humanidade, os impúrios sempre lançaram mão dos bens

² Quando tratar da territorialidade de nós Truká farei uma discussão que compreende as categorias Indígenas latino-americanas que dizem respeito a Mãe Terra e ao Bem Viver que os movimentos indígenas no Brasil emprestam dos parentes andinos.

³ Denomino “impúrios” os invasores de nossos territórios, essa é uma expressão nossa e compreende a resposta oferecida aos invasores que nos consideravam pessoas “sem rei, sem lei e sem fé”.

naturais, materiais e imateriais em nome do tal crescimento social, supostamente equilibrado, entretanto a economia fala mais alto e cada dia mais somos obrigados a conviver com a desigualdade econômica e social.

A oligarquia lança mão de novas formas de extermínio dos menos afortunados. Sociopolítica e economicamente, os povos originários têm lutado bravamente para combater este perverso mal que se torna desafiador, pois não somos nós que oferecemos perigo ao nosso semelhante com doenças infecto contagiosas. Faz-se importante ressaltar que os considerados impuros e de sabedoria superior destroem tudo que tocam, são eles que trouxeram consigo na bagagem as doenças infecto contagiosas, às quais nos deixaram adoecidos e mesmo enfermos, afora nos obrigarem a recorrer aos alçozes, porque as doenças invasoras não pertenciam e não pertencem ao universo de nossos conhecimentos. Só recorrendo aos impuros, podemos ter devolvido o nosso corpo sarado tal qual eles encontraram, a possibilidade de devolver-nos a cura faz com que eles se achem uma raça superior e dessa forma nos desumanizam. O racismo nos atravessa.

A nossa luta sempre foi buscar de volta a nossa Pacha Mama, garantir o nosso Sumak Kawsai e o nosso Abya Yala, desta forma é importante recordar que com a proposta da reforma sanitária no Brasil por volta dos anos 70 do século passado, proposta feita por grupo de sanitaristas, nós povos originários nos juntamos a esta grande bandeira de luta, e nos anos 80, ou seja, em 1986 foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde, considerada o marco histórico da reforma sanitária e os devidos apontamentos feitos em 1988, com o advento da nova Constituição do Brasil.

Ainda em 1986, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Proteção a Saúde do Índio, acontecimento que apontou para mudanças nos marcos normativos e jurídicos do país que garantissem aos povos originários mais justiça social, segurança, educação escolar, saúde complementar, segurança territorial e seguridade, com muita luta e participação de representantes de todos os povos originários.

Os movimentos indígenas tentam se afirmar com pautas justas para todos os povos, participando, ainda nos anos 80 do século XX, da assembleia constituinte, do advento da Constituição Cidadã de 1988 e, no início dos anos 90, da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS). Anos de luta, resiliência e movimentação dos povos indígenas nas diversas etapas da mudança, nas conferências nacionais de saúde na tentativa de prover

o Brasil de um sistema complementar de saúde que desse conta da diversidade vivida pelos povos indígenas, fato que ocorreu nove anos mais tarde com a instituição do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, que tem como missão garantir a articulação entre estados e municípios, iniciativa privada e o próprio governo federal para garantir a nós povos originários o provimento de políticas públicas indígenas e indigenistas bem estruturadas que respeitem as formas peculiar de viver de cada etnia. Evidentemente, não podemos esquecer que este gigante território jamais poderia ser um estado nação sem considerar a pluralidade dos povos originários. Pluralidade inscrita nos artigos 231 e 232 da Constituição de 1988, que nos assegura protagonismo dos povos ao considerar os nossos direitos.

No que se refere a nós povo Truká temos insistentemente buscado mostrar ao Estado que nossa proposta jamais admitiu criar um subsistema que desconsiderasse os saberes ancestrais que mantemos como povos originários que somos. A Lei nº. 8.080/90, nº. 8.142/90 e nº. 9.836/99, asseguram aos povos indígenas que o subsistema e a política de saúde devem se adequar à realidade vivida pelos povos. Entretanto, os preceitos da legislação não vêm sendo observados e ao logo dos anos os povos têm sofrido duros processos de exclusão do SUS, sejamos nós aldeados ou obrigados por força das mudanças a morar nos centros urbanos. Esquecem nossos algozes que não deixamos de pertencer aos nossos povos pelo fato de estar na cidade.

Considerando a exclusão sofrida e o racismo estrutural enraizado na sociedade brasileira creio ser imprescindível compreender a situação enfrentada pelos povos indígenas e aqui trabalho com o meu povo, os Truká.

2. Quem sou e por que falo como e pelos Truká

Sou Yssô Truká (Ailson dos Santos), venho lutando, enquanto membro do movimento indígena, em todas as suas frentes há muitos anos, represento o povo Truká de Orocó, localizado no hoje estado de Pernambuco, onde sou cacique.

O povo Truká é originário do nordeste do Brasil e sempre viveu às margens do Velho Opará⁴ (Rio São Francisco) no curso submédio.

Em tempos passados o meu avô, Antonio Cirilo dos Santos – cacique do nosso povo – nos contava todas essas passagens e acontecimentos conflituosos produzidos pelos invasores, apontando o sofrimento e a dor que passamos ao longo da nossa jornada de vida em busca de garantia dos nossos direitos. Com ele aprendi muito do que apresento ao leitor.

Fui criado com meus avós maternos, meu avô era um guerreiro de fibra e coragem inigualável, viveu como cacique do nosso povo por mais de 40 anos, foi perseguido, mas nunca desistiu da luta e, desta forma, eles nos criaram, nos orientando a lutar sempre que necessário, sem jamais desistir.

Em seis décadas de vida, experimentei/vivenciei situações diversas, vi os irmãos Villas Boas criarem o Parque Xingu, vivi a morte de Marçal Tupã, vivenciei a Lei de anistia aos exilados políticos brasileiros, a redemocratização do país, o parente Ailton Krenak pintar o rosto em 1988 e gritar bem alto, somos indígenas originários desta terra; assisti o cacique Paulinho Paiakan ser incriminado e condenado de forma injusta; aclamei o primeiro indígena que se tornou Deputado Federal, o cacique Xavante Mario Juruna; acompanhei de longe a ida de dois caciques à Inglaterra: *Raoni* Metuktire e Paulinho Paiakan; aplaudi o primeiro indígena aviador, Marco Terena, depois de enfrentar a Funai nos anos 70 do século XX; comemorei o primeiro indígena advogado Paulo Oliveira do povo Pankararu; acompanhei muitas reformas do Estado brasileiro; entristecido vi o assassinato do cacique Xicão de Ororobá; condenei a malvada morte de Gaudino Pataxó Han Han Hain, queimado em praça pública; vivenciei a marcha dos 100 mil em Brasília e

⁴ Opará é como nós indígenas chamamos o Velho São Francisco ou Velho Chico como chamam os não indígenas.

a marcha dos povos indígena por outros 500 anos; passei pelo Lulismo no Brasil; assisti a primeira Deputada Federal Indígena eleita democraticamente, Joênia Wapixana.⁵

Nos últimos anos, assisti estarecido o fascismo que delapidou o Brasil e fiquei indignado de ver a representação e diversos colegiados de participação social (Conselho Local de Saúde Indígena, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Distrital de Saúde Indígena, Conselho Estadual de Saúde, Conselho Nacional de Saúde, Fórum Nacional de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena) serem “desmontados” na tentativa de calar nossas vozes.

Sou liderança experimentada e resistente do povo Truká que enfrenta as tentativas de calar nossos gritos quando eles têm que ser ouvidos, mas as autoridades de “ouvidos moucos” nos desconsideram. Ao longo da vida participei de muitas ações e eventos e decidi que para me qualificar precisava estar na academia por isso cursei pedagogia e licenciatura intercultural indígena, sendo também pós-graduado em coordenação escolar indígena etno-territorializada, currículo intercultural descolonial, coordenação em gestão escolar e agora para melhor defender meu povo passei os dois últimos anos fazendo Mestrado em Direito na Universidade Federal do Pará (UFPA). Finalizando, digo que falo posicionado como Truká que sou, tendo a minha liderança reconhecida pelo fato de ser cacique.

⁵ Não informo detalhes dos eventos que cito porque, hoje, diferente do tempo em que eu era menino, as informações estão à disposição na rede mundial de computadores. Por outro lado, fugiria da finalidade do trabalho que apresento.

3. O povo Truká nos dias de hoje

O meu povo Truká vive no leito e às margens do curso do submédio do Velho Opará (rio São Francisco), entre os Lagos das barragens de Paulo Afonso e Sobradinho na Bahia.

Estamos localizados da seguinte forma: o Povo Truká, em Sobradinho-BA; Truká Tupan, em Paulo Afonso-BA; Truká Tapera, no município de Orocó-PE; e Aldeia Truká da Ilha da Assunção em Cabrobó-PE. Esta última é conhecida como aldeia mãe porque deu origem às demais aldeias.

Chamo atenção para o fato de que a descrição do povo Truká que faço, é fruto das conversas com os ancestrais e das minhas próprias vivências e memórias. Como professor que sou, me obrigo a trabalhar o assunto na escola, pois os livros não nos contemplam de forma adequada.

Eu vivo na Terra indígena Truká Tapera, no antigo aldeamento da missão de Santa Maria, na aldeia Porto Apolônio Sales, que fica no hoje estado de Pernambuco. Meu território é constituído por três aldeias maiores distribuídas em sessenta oito pequenas ilhas e ilhotas.

Somos descendentes das nações Kariri e Tapuia, que viviam em vastas áreas do que hoje se chama Nordeste brasileiro.

A nação Kariri era mais sertaneja, enquanto a nação Tapuia era mais ribeirinha e ambas sempre tiveram relações de família e estabeleceram alianças matrimoniais entre si através de relações interétnicas, estabelecendo-se em pequenos grupos ao longo do baixo e submédio Opará. Quando vivemos o massacre dos considerados índios bárbaros nas inúmeras missões europeias que invadiram nossos territórios, fomos expulsos de nossas terras de origem durante o período de colonização (séculos XVIII e XIX) quando do massacre da nação Kariri.

É importante observar que a chegada dos europeus na costa do hoje estado de Pernambuco (portugueses, espanhóis e holandeses) ao adentrarem a terra registravam a presença indígena Truká no alto sertão do Velho Opará, no ano 1619, na Ilha de Cavalo, depois Ilha de Pambu e, hoje, Ilha Nossa Senhora da Assunção (nossa aldeia mãe), nome

dado pelas missões religiosas para convencer os nossos “brabins”⁶ da época que viviam no arquipélago que era seu. Segundo as missões, esse nome trazia proteção para todos, mito que se manteve até os dias atuais. Observo que um dos maiores latifúndios, em nosso território, pertenceu a Igreja Católica, que além da aldeia mãe e seu arquipélago, também ocupou, no período colonial, às margens esquerdas e direitas, tanto à montante quanto à jusante, desde Jatinã até os aldeamentos da missão de Santa Maria (na antiga Coripóis).

3.1. Narrativas de origem dos Truká

O povo Truká não tem uma explicação metafísica para sua origem. Acreditamos nos fundadores, como o velho Uka-Nenem, que é um guerreiro do povo Truká e dos grupos da nação Proká. Ele teve vários filhos que constituíram inúmeras famílias, sendo considerado como o patriarca dos Proká.

Os Truká não seguem o padrão religioso desenhado pela Igreja Católica ou Evangélica, não criaram um mito de origem no qual há um homem e uma mulher e a partir dos dois surge o povo e/ou a humanidade.

Compreendemos o mundo e a nossa origem a partir da orientação do nosso pai Tupã na união do guerreiro e da guerreira indígena, é dessa união que surgimos.

O velho Uká-Nenem realmente existe, é um grande guerreiro e nós conhecemos a sua história, falamos, conversamos e convivemos com ele, além de recebermos dele as suas orientações para a convivência do dia a dia e nos rituais sagrados. Temos uma história com o velho Uká-Nenem. Narrativa essa que muitos chamam mito de origem e nós reafirmamos que é a origem histórica do meu povo Truká.

Não há uma descrição pura e simples do cosmos em sua relação com as histórias de criação, há uma profunda conexão entre os atos de criação ou transformação pelos seres primordiais, as divindades e a política. A criação envolve a política, pois todo ato de criação envolve - como se fosse em troca - um ato de destruição, o lado negativo que

⁶ Brabins, brabos, gentios, caboclos entre outras foram as inúmeras denominações etnocêntricas e preconceituosas oferecidas pelos europeus aos povos indígenas.

geralmente é manifesto na doença. E assim temos que respeitar as histórias para dar continuidade aos Truká. Observar a narrativa ancestral é ser Truká.⁷

3.2. A educação Truká

Nosso território é muito importante para nós. É um território ancestral que guarda muitos conhecimentos que fortalecem a nossa identidade e nos prepara para a luta, mantém os costumes arvorados na nossa ancestralidade e isso nos faz buscar diversas frentes de lutas pelo fortalecimento da identidade, da história do povo, da organização social interna e política, da convivência com a nossa mãe natureza e seus elementos sagrados.

A educação indígena oferece fundamentos de base às orientações da educação escolar indígena que não se pauta pela escola em si, pois a “nossa escola” é a vida na comunidade vinculada ao nosso território. Os ensinamentos para formação de grandes guerreiras e guerreiros preparados para construir espaços capazes de absorver as especificidades dos Truká e que, ao mesmo tempo, consigam conviver e se comunicar com parentes de outros povos indígenas.

A nossa educação é forjada nos terreiros/territórios sagrados, na convivência com os mais velhos, na orientação de nossos ancestrais que tem como véu, que a tudo envolve, a nossa cosmologia. Faço essas observações iniciais, porque não serei lido, apenas, por nós os Truká, mas por outras pessoas indígenas e não indígenas e, uma das missões do povo Truká é dar a conhecer às demais pessoas a nossa história, pois só assim é possível compreender a nossa luta de resistência.

3.3. Os fundamentos da educação escolar Truká

A educação indígena é aquela que é desenvolvida em nosso habitat original, como apontei acima, é praticada nos nossos rios, roçados, rodas de conversa, devendo considerar a obediência aos mais velhos e aos nossos rituais sagrados, todos os atos são

⁷ Sobre o assunto, consultar o trabalho de Luísa Garnelo, sobre os Baniwa, denominado: *Poder, hierarquia e reciprocidade: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/zhfmd/pdf/garnelo-9786557080122.pdf>.

orientados pela natureza e para a vida em regime de convivência harmoniosa entre os seres e os elementos da natureza sagrada.

Então, todo nosso planejamento anual relativo à educação escolar indígena do povo Truká é específico. Temos calendário próprio, que não se confunde com o calendário oficial do estado de Pernambuco. A educação escolar indígena é necessidade imposta pelo colonizador, mas nos mantemos atentos para a autonomia que devemos preservar. A educação deve primar pela interculturalidade, como ensinam Machado e Beltrão (2018) ao considerarem a “guaranização” da escola dos M’bia Guarani em Jacundá – Pará. Talvez se possa falar de uma “trukarização” dos processos para melhor atender o meu povo. Posso afirmar que nos últimos anos me dediquei ao diálogo intercultural para obter melhores resultados escolares.⁸

Exemplificando, o que o Estado considera como feriados oficiais, para nós Truká, na grande maioria das vezes não são. Não comemoramos o dia do índio (19 de abril), que denominamos, segundo os movimentos indígenas, como dia dos povos indígenas; nem o descobrimento do Brasil (22 de abril), 7 de setembro, 15 de novembro entre outras datas. Há dias que para nós são memoráveis, como o são as datas das retomadas (volta aos antigos territórios que nos foram usurpados), quando fazemos o enfrentamento pelo acesso às nossas terras, estas datas são dignas de comemorar, são parte da luta e da resistência Truká.

Nós temos o que os não Truká chamam “paradas”, que realizamos nas datas de partida dos mais velhos. Relembramos a data que meu avô, Acilon Ciríaco da Luz, partiu e vários outros/as ascendentes, usamos as pessoas Truká como referência.

O nosso Projeto Político Pedagógico (PPP) é construído por nós. Juntamos todas as pessoas que constituem o povo Truká, sejam elas lideranças, adultas, jovens e crianças para formular e aprovar a proposta.

A nossa base curricular considera os saberes tradicionais. Dos nossos saberes, parte constam nas disciplinas e outra parte considera o currículo do estado de Pernambuco. No ensino básico temos três aulas de português e três de língua materna por semana, o mesmo acontece com a matemática e etnomatemática e da mesma forma tratamos as

⁸ Discutirei as categorias interculturalidade e intermedialidade, mais adiante, quando indicar a necessidade de um diálogo simétrico, especialmente no campo da saúde para que o respeito a tradições diversas se faça presente.

demais áreas de conhecimento. Todas as disciplinas são divididas entre o currículo oficial do estado e os conhecimentos tradicionais assim reforçamos na escola nossas tradições e nossa identidade.

A formulação do PPP em duas tradições é criação Truká, não é orientação da Secretaria de Estado de Educação de Pernambuco, o resultado é voltado para garantir a experiência que vivemos no dia a dia. Porque não se constrói cidadania sem dar conhecimento das lutas, da nossa identidade, da nossa mãe terra, da natureza sagrada, do fortalecimento das nossas identidades, da história de nossos ancestrais em busca de garantia pelos direitos originários.

Nós trabalhamos a orientação de nossas guerreiras e guerreiros com base no que vivemos no dia a dia. Os professores e professoras são todos indígenas atuando nas diversas áreas do conhecimento. Nossa educação vai até o nono ano (anos finais da educação básica). O ensino médio e o normal médio é ofertado pelo povo Truká apenas na aldeia mãe.

Entre o povo Truká de Cabrobó e de Orocó possuímos 14 escolas que abrangem os anos iniciais ao ensino médio e normal médio, destas, duas escolas estão localizadas na Terra Indígena Truká Tapera no antigo aldeamento da missão de Santa Maria no Município de Orocó (Escolas São Francisco e São Félix).

A administração das escolas é feita pelos nossos representantes, aqueles que tem formação na área e em áreas afins. Não temos a figura de diretores, mas sim, de articuladores gerais da educação escolar indígena Truká. Temos professores de arte indígena, língua materna, música e toantes indígenas. Esses professores não têm necessariamente formação acadêmica. São especialistas tradicionais, pessoas boas nas artes que temos e na língua materna.

O transporte escolar fluvial e terrestre para as escolas também é administrado por nós. O estado garante o custeio, mas nos administramos.

Uma questão que nos preocupa no cotidiano é o racismo. No município de Orocó a gente sofre com a ignorância das pessoas de se dirigir ao povo Truká nos tratando como privilegiados, exatamente porque aqui quem administra o subsistema de educação e de saúde, como veremos mais adiante, somos nós, e não permitimos que pessoas estranhas entrem na aldeia.

Dizem que a gente também não poderia entrar na cidade, uma vez que não deixamos os não indígenas entrar na aldeia. Falam abertamente que não somos mais indígenas porque não andamos nus, temos cabelos crespo e a pele escura, e não avermelhada, além de que não temos olhos puxados. Estereótipos relativos ao que ensinaram aos não indígenas como sendo a aparência e os costumes indígenas.

Os comportamentos acima referidos trazem muita inquietação. Toda hora temos que estar conversando com nossos jovens e explicando a eles que isso é racismo. Falamos que o ser indígena não está na cor da pele, na leveza dos cabelos ou forma de estar vestido ou não. Ser indígena é ter o sentimento de pertença. É se sentir indígena, se identificar como indígena e estar como indígena observando os preceitos ancestrais, apesar de estudar. Repetimos sempre podemos estudar, devemos cultivar o ser cidadão, sem deixar de ser Truká.

Os comportamentos acima referidos trazem muita inquietação. A toda hora temos que estar conversando com nossos jovens e explicando a eles que isso é racismo, preconceito e outras formas de discriminação. Falamos que ser indígena não está na cor da pele, na leveza dos cabelos ou na forma de estar vestido ou não. Ser indígena é ter o sentimento de pertença, do lugar de fala. É se reconhecer e se sentir indígena, pertencer ao nosso povo, fortalecer a nossa identidade, se identificar como indígena em todos os espaços e estar como indígena que somos, observando os preceitos ancestrais. Apesar de todas as informações, os nossos jovens perguntam se podem estudar na cidade. Podemos ser cidadãos sem deixar de ser Truká, logo em seguida os jovens mesmos respondem que sim, é isso que nos fortalece, quando reafirmamos que somos cidadãos Truká, somos independentes e podemos estudar onde for preciso.

No período colonial, a educação do nosso povo sofreu abalos terríveis. O processo de colonização chegou ameaçando o nosso jeito de ser e o nosso fazer pedagógico do dia a dia. A escola colonial tentou de todas as formas interferir na educação Truká. Entre perseguição e desafios, nosso povo entendeu que a nossa educação tem âncora própria, pois a escola colonial não era interessante para nosso povo. O conhecimento ocidental não possuía valor algum para a nossa forma de educar, tampouco para a pedagogia indígena própria, mas o peso do invasor ocidental era avassalador e não tínhamos como ir para o enfrentamento.

[a] escola para indígena, durante o período colonial, primava pela conversão religiosa dos indígenas e o uso de sua mão de obra para todo tipo de trabalho, além da função de “integrar”, entendendo que o mesmo era destituído de cultura; essa foi ferramenta eficiente de destruição das culturas indígenas, significando a destruição das formas de organização social, regra de parentesco e da religião indígena predominante naquela comunidade, desprezando a operabilidade, praticidade e a veracidade de suas instituições milenares, baseadas principalmente na cosmologia (Machado, 2015.p.142).

Concordo com Almiros Machado (2015), porém é preciso destacar que passamos a frequentar a escola colonial sem deixar de lado a nossa educação indígena. Passamos a ser vigiados pelos colonizadores, por isso começamos a trabalhar a nossa educação de forma oculta, pois a gente sabia que a nossa educação não era pauta de interesse da escola colonial e nem tampouco do Estado. Entendíamos que a nossa forma de educação só deveria ser pautada pela nossa religiosidade.

Contudo, sofremos um desmonte das nossas vidas, danos que só o tempo foi capaz de nos mostrar o caminho para que nos livrássemos do colonizador, esse colonizador que sempre se apegou às piores formas de crueldade para nos catequizar, colonizar e escravizar, pois os meios por eles utilizados, seriam o que podemos chamar de “odisseia”⁹ dada a confusão que produzia, impedindo-nos de preservar nossa identidade étnica e assumir as rédeas da nossa escola e da nossa vida.

3.4. A organização social e política dos Truká

O povo Truká é constituído por várias famílias, mas todas seguem juntas. Pensamos o povo Truká como um só corpo. É uma organização social diferente, pois valoriza toda essa estrutura de família e da cosmologia sagrada.

O povo Truká admite vários caciques. A Aldeia Mãe possui dois caciques e uma cacica. Eles dialogam entre si sobre todas as questões inerentes ao interesse coletivo do viver no aldeamento. Lutam, decidem em assembleia e praticam seus rituais sagrados juntos. Os interesses coletivos são discutidos e encaminhados a partir de diálogos continuados. Na minha aldeia, somos 74 famílias, 302 pessoas indígenas. Dentro da organização sociopolítica temos: uma cacica anciã (minha mãe, Maria de Lourdes dos Santos) e um

⁹ Uso “odisseia” no sentido de “perambulação” provocada pelos colonizadores que produz deslocamentos compulsórios tanto dos territórios, como dos preceitos ancestrais.

cacique, que sou eu, um pajé, um juremeira, um mestre de cabeceira e mais cinco lideranças das aldeias, dentre as quais três são mulheres. Os Truká de Sobradinho possuem uma cacica – Rita Bingó; e em Truká Tupã, temos também uma Cacica: Neide Truká Tupã.

Cada uma dessas pessoas é encarregada de uma determinada tarefa, encorajadas pelo que temos de mais sagrado (nossas forças ancestrais) e pela natureza sagrada.

O cacique é responsável pelas relações políticas, administrativas e sagradas, além de tentar manter o diálogo interno entre parentes e com os não indígenas para impulsionar alianças e articulações impostas pela vida de hoje, produzindo as necessárias adaptações.

O pajé é uma liderança religiosa. Ele lida com o sagrado, oferecendo ajuda a quem precisa, zela pela orientação do nosso sagrado, cuida dos conhecimentos da saúde indígena, guarda os conhecimentos das nossas plantas medicinais, trabalhando os diversos sistemas de cuidado com o corpo, espírito e a alma, para não adoecer, tem um itinerário terapêutico próprio dos nossos sistemas de cuidado da saúde.

O juremeira é uma outra liderança religiosa que tem por missão promover os rituais sagrados e o preparo da jurema,¹⁰ além de trabalhar juntamente com o pajé nas pajelanças sagradas.

O mestre de cabeceira é quem organiza as manifestações religiosas e os rituais sagrados entre nós Truká, juntamente com o juremeira, como mestre maior do nosso povo.

Entre nós há, ainda, uma parteira tradicional que acompanha as mulheres gestantes e oferece cuidados à futura mãe e à criança que nascerá. É pessoa experiente, mãe de família e caridosa. É anciã, senhora que acompanha a nossa espiritualidade e os nossos rituais sagrados desde a juventude. Essas grandes e notáveis sábias do nosso povo tem feito muitas vidas vir ao mundo. Tem ajudado muitas mães a darem luz a seus filhos.

Há muitas crianças nascidas pelas mãos destas notáveis guerreiras, que procuram tornar partos de risco em partos mais fáceis e sobretudo humanizados, coisa que os profissionais que se dizem de saúde do sistema ocidental não conseguem fazer e terminam machucando as mulheres, pois ficam fazendo toque um atrás do outro e não conseguem humanizar um parto.

¹⁰ A jurema é a bebida sagrada de consumo indispensável durante os rituais e que é produzida pelo Juremeira, pessoa que detém o conhecimento necessário para produção da bebida ritual.

As nossas parteiras tradicionais ao tocar com a mão a barriga de uma mulher Truká grávida conseguem dizer o dia que a criança vai nascer, se é de risco, se a criança está sentada ou na posição de nascer e, se não está, o que é necessário fazer para que essa criança fique na posição correta.

Elas tomam todas as providências referentes à mãe e à criança: dão banho de assento, rezam para que as mães tenham um bom parto, fazem defumadores, preparam lambedor entre muitas outras ações. Elas são verdadeiros milagres dos nossos sistemas tradicionais e conhecimentos da especialidade da cura e do cuidado do corpo para que ela e sua criança não adoçam, ou seja a assistência é completa e cuidadosa.

Uma rezadeira/benzedeira que reza e faz benzimentos para não deixar o corpo adoecer, além de buscar nas suas orações a cura de mau olhado, quebrante entre outros males que acometem os Truká, cuidando do corpo para não adoecer. A benzedeira não recebe recompensa em dinheiro pelo seu trabalho, ela é uma pessoa caridosa e acompanha o nosso Pajé e o cacique e, se for o caso, os nossos anciões também, oferecendo a sua sabedoria e ensinando os nossos jovens. Nenhum dos nossos especialistas é remunerado financeiramente pelos seus serviços.

Essa sabedoria das especialistas deixam as mulheres Truká saudáveis, inclusive, nós homens quando estamos com espinhela caída, peito aberto, dor nas costelas, dor nas costas, dor de veado, dor nas pernas e outras mazelas procuramos seus cuidados. É essa benzedeira que consegue nos curar de todos esses males que não possuem registro no Código Internacional de Doença (CID), mas são doenças do corpo que acometem nosso povo. Logicamente, se não estão no CID não são consideradas doenças e por isso não são tratadas pelo Sasi-SUS.

Apenas esses notáveis especialistas conseguem nos curar e nos passar remédios de cura que os médicos da academia não conseguem, mas o nosso Pajé, a nossa benzedeira que, sem usar como meio o dinheiro, conseguem nos curar, deixando-nos sãos e salvos, com saúde, vivendo de forma saudável para cuidar da nossa vida, no dia a dia dos nossos na aldeia.

Entre nós, na Terra Indígena Truká Tapera, os especialistas, ainda se fazem presentes e atuantes, e encontram-se listados abaixo, bem como os especialistas indigenistas e a população de cada aldeia, pois faz-se necessário entender o quanto os especialistas são importantes, inclusive aqueles que vem das relações interétnicas.

É importante destacar que para o bom exercício das atividades desenvolvidas pelos AIS e pelos AISAN que o escolhido seja pessoa Truká, pois eles além de agentes de saúde que auxiliam as ações de saúde não indígena, e são os porta-vozes do coletivo Truká. Como porta-vozes eles devem ser fiéis às reivindicações de nós Truká.

Os Truká e suas autoridades em saúde

Aldeias	Autoridades em saúde tradicional¹¹	Autoridades em saúde indigenista	Auxiliares de saúde indigenista	Número de moradores
Ilha Tapera	1 Pajé	1 AIS	xx	139
	1 Parteira tradicional	1 AISAN	xx	
	1 Juremeira	xx	xx	
Porto Apolônio Salles	1 Parteira tradicional	2 técnicos de enfermagem	2 motoristas	112
		1 enfermeiro	xx	
	1 Rezadeira/ Benzedeira e Meizinheira	xx	xx	
Ilha São Felix	Xx	1 AISAN	xx	51

São esses especialistas em conhecimentos e cuidados tradicionais os responsáveis por trabalhar a prevenção e a cura do corpo, eles não curam apenas as doenças do corpo,

¹¹ Sobre os profissionais de saúde popular, as práticas e os remédios utilizados pelos operadores dos Sistemas Tradicionais de Ação para Saúde (STAS), sistemas estes muitas vezes chamados de medicina rústica ou popular consultar: Araújo, Alceu Maynard. 1977. *Medicina Rústica*. São Paulo: Cia. e Editora Nacional e Araújo, Alceu Maynard. 2004. *Folclore nacional III: ritos, sabença, linguagem, artes populares e técnicas tradicionais*. São Paulo: Martins Fontes. Ou ainda: Cascudo, Câmara. 2000. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global. É importante asseverar que os sistemas descritos pelos autores são sistemas híbridos, pois carregam marcas diversificadas de origem, entretanto não há referência relevante aos sistemas indígenas, as práticas são tomadas como folclore, o que não deixa de ser uma posição de ordem colonial.

eles possuem outras qualidades no cuidar, entretanto não tenho licença para falar, são assuntos delicados, a respeito dos quais me mantenho em silêncio.

Entre nós Truká, as cinco lideranças, mais importantes, promovem a articulação e o diálogo entre as famílias da aldeia, o cacique e o pajé nas questões de ordem administrativas, políticas, sociais e sagradas. Considerando sobretudo o bem-estar nas aldeias.

Temos, também, um Conselho de Anciãos, que coincide com o Conselho Tribal. O conselho é formado por mim, o pajé, minha mãe (porque ela foi cacica), e vários outros anciões, pelas parceiras e por uma liderança de cada aldeia. Dialogamos sobre as questões que envolvem o corpo e a mente, buscamos tratar dos interesses referentes à saúde e educação, procurando entendimento com os mais jovens e delegamos responsabilidades ao cacique.

Essa é a forma de organização social e política dos Truká, o Cacique e o Pajé não tomam para si toda responsabilidade no processo coletivo de tomada de decisão do nosso povo. Procuramos nos manter com autonomia para poder levar a luta por direitos com êxito. Isso significa que nosso processo de tomada de decisão é seguido pela organização interna Truká coletivamente, vivemos uma autonomia de autogestão do nosso território sobre todas as políticas indígenas e indigenistas chegadas às nossas aldeias.

Concordo com Gersem dos Santos Luciano, liderança Baniwa (2006), quando aponta diversos caminhos para a autonomia indígena, informando que:

[a] possibilidade de reconstrução de processos autônomos de vida nos seus territórios é um novo alento para o presente e o futuro dos povos indígenas do Brasil. Um dos elementos centrais para a efetivação desse desejo é o início de vários projetos coletivos de autogestão territorial em curso, que deverão impulsionar e subsidiar o processo de reconstrução da autonomia desejada. A autonomia, na prática, continuou acontecendo entre vários povos indígenas do Brasil, mesmo após a instalação do Estado brasileiro. Muitos deles definem e organizam as aldeias em seus territórios segundo seus sistemas sociais, econômicos, jurídicos e religiosos (Luciano, 2006: 93).

Na perspectiva de uma autonomia ainda longe de se consolidar e os diversos caminhos apontados por Luciano (2006), o nosso povo opera cotidianamente a nossa autonomia, não precisamos do Estado para nos dizer o que é autonomia e como tem que se dar, nós fazemos autogestão em nosso território e é por isso que venho apresentar, neste trabalho, os equívocos do SASI-SUS e, seguindo ainda esta mesma linha de raciocínio,

mostrei como conduzimos a educação escolar indígena, como forma de apresentar o sucesso nesse campo, fato reconhecido por autores não indígenas que estiveram entre nós Truká. (Gomes, 2012 e Florêncio & Adib, 2022)

3.5. A organização econômica dos Truká

Não temos uma cultura acumulativa, ou seja, buscamos interagir com a natureza sem esgotá-la, porque acreditamos que ela sempre nos dá vida e alimento.

Nosso território sagrado nos dá o sustento, por isso não exploramos a natureza de forma exaustiva, pois não é possível tirar tudo dela. Não podemos tornar a terra ancestral oca, sem vida. Usamos a Mãe Terra de forma racional.

Nós somos 74 famílias vivendo em 679 hectares da terra mãe, dos quais 320 são invioláveis, pertencente aos bons irmãos animais e ao patrimônio natural de equilíbrio ambiental, não deixamos ninguém mexer. As terras que podem ser utilizadas são divididas entre as famílias e assim é possível plantar os roçados familiares e o excedente nós vendemos no mercado local.

Temos também pessoas que tem emprego na condição de: professores da educação escolar básica que atuam na Educação Escolar Indígena; técnicos de enfermagem que atuam na Equipe Multidisciplinar (EMSI), na prevenção, imunização e coordenação administrativa do pólo base; enfermeiros que atuam como membro da Equipe Multidisciplinar (EMSI) e em geral é coordenador técnico da equipe.

Temos ainda o Agente Indígena de Saúde (AIS) que tem entre suas competências e responsabilidades: compor a Equipe Multidisciplinar (EMSI); assumir o papel de porta-voz das famílias Truká dentro da EMSI; propor ideias sobre o modo de pensar as ações de saúde do nosso povo; observar as relações sociais e culturais das nossas aldeias; contribuir ativamente para tornar realidade o direito do nosso povo na atenção à saúde diferenciada enquanto membros da EMSI e porta-voz das famílias Truká; compartilhar com a EMSI o estado de saúde e doença das nossas famílias; orientar os conselheiros locais e distritais oferecendo informações sobre o estado de saúde e doença de nossas famílias; apoiar o nosso conselho local de saúde indígena; apoiar e orientar as nossas aldeias para ocupar os espaços formais de participação destinados a nós Truká, nos

órgãos federais, estaduais e municipais; e ainda fomentar a participação de forma estratégica nas ações de controle social.

Tão atarefado como o AIS, temos os Agentes Indígenas de Saneamento (AISAN) que são pessoas indígenas que tem como missão: integrar a Equipe Multidisciplinar (EMSI); orientar as famílias Truká, em relação a produção de lixo e de resíduos sólidos no nosso território; informar as famílias Truká, sobre as ações de saneamento ambiental no interior do nosso território; participar junto com a EMSI de palestras e ações de assistência e prevenção de doenças imunopreveníveis; realizar manutenção preventiva nos nossos sistemas de abastecimento de água; e orientar as famílias Truká sobre o processo de abastecimento de água potável e o esgotamento sanitário, enquanto condições mínimas necessárias para prevenir o surgimento de casos de diarreia, enfermidade que se destaca dentre as principais causas de adoecimento e morte de crianças Truká.

O AIS e o AISAN são uma articulação negociada com as famílias Truká e à atenção a saúde indígena, sendo as pessoas mais próximas dos povos indígenas e que de alguma maneira os representam nas equipes que atuam no território.

Os empregos são assumidos por aqueles que querem trabalhar nessas funções, os processos seletivos observam as consultas feitas às famílias.

Na aldeia de São Félix temos muitos barqueiros, mas quando aparece emprego nem sempre querem, pois os empregos “prendem” as pessoas a horários de trabalho que não respeitam o ritmo de vida das pessoas indígenas e menos ainda a natureza.

Sempre dialogo com as famílias para incentivarem seus filhos a participar dos empregos dentro das aldeias, pois precisamos valorizar o aprendizado e a formação Truká, visto que eles são as futuras representações a estabelecer relações com os não indígenas em nome do nosso povo Truká.

O assalariamento modificou a vida dos Truká, nas aldeias quem não é assalariado ou autônomo vive da agricultura familiar praticada há séculos pelo nosso povo Truká.

3.6. O território Truká

Nosso território compreende partes insulares e continentais. A demarcação de nosso território observa a natureza sagrada, porque o Velho Opará (Rio São Francisco)

estabelece os limites de nossa morada. A demarcação física feita pelo homem não tem significado para a gente que é Truká, porque o rio já demarcou. Nossa terra não está cartograficamente demarcada pelo Estado, mas pelo Velho Opará. O povo Truká e seu território foram reconhecidos pelo estado em 1947 em um relatório antropológico do Dr. Tubar Viana à época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).¹²

O processo regulatório de uma terra indígena se desdobra em cinco fases. Inicia pelo estudo para delimitação das fronteiras do território; que é seguida pela demarcação física do território; e após a demarcação dá-se o processo de desintrusão da terra indígena que retira os invasores, as pessoas não indígenas; a seguir faz-se o registro do território em cartório em nome da União e na sequência a homologação é feita pelo Presidente da República.

A terra Truká está registrada em nome da União, pois embora ela seja ancestral só usufruímos do território, ela encontra-se desintrusada, mas até o momento não foi homologada pelo Presidente da República. Entretanto, a não homologação não é o que importa, pois ninguém nos tira da nossa Mãe e o Velho Opará disse há muito tempo que isso aqui é nosso, dos Truká. O fato do território alcançar/compreender várias ilhas, nos ajudou a preservá-lo independente da finalização da demarcação, pois os limites são naturais e nós os conhecemos desde sempre. Na verdade, quem não conhece os limites do Território Truká, ou os desconhece intencionalmente, são aqueles que o cobiçam.

Particpei e vivenciei efetivamente de muitas lutas e batalhas. Enfrentamos um dos mais terríveis adversários e usurpadores dos nossos direitos qual seja a titulação de nossos espaços e/ou a venda de nossa mãe para grileiros, fazendeiros, posseiros, madeireiros e garimpeiros, entre outras formas de invasão de nosso território sagrado e ancestral.

Na verdade, ao lutar pela demarcação de nossas terras não estamos falando de posse ou de propriedade de determinado espaço social, estamos falando de demarcar para as outras pessoas que não pensam como nós e não mantêm com a terra a relação de filho e mãe.

¹² Creio que seria interessante proceder uma pesquisa documental junto aos arquivos da FUNAI, pois assim poderia produzir uma história dos Truká que passasse pelos registros oficiais não indígenas, pois dessa maneira ficaríamos, nós os Truká cientes do que é dito sobre nós, assim talvez fosse mais fácil combater os estereótipos e esclarecer os demais sobre nós, o povo Truká.

Lutei bravamente em busca do reconhecimento e garantia dos nossos direitos, juntamente com outras lideranças indígenas, sempre na busca coletiva pelo resgate da nossa Pacha Mama.

Como afirmo anteriormente, mesmo Pacha Mama sendo um conceito de outros povos irmãos da região andina que, correspondem hoje aos territórios da Bolívia, do Chile, do Peru e da Argentina entre outros espaços sociais, faço uso da expressão porque o meu povo Truká possui o mesmo sentimento de pertença que essa categoria representa para os povos indígenas na América do Sul. É importante ressaltar que no dia 22 de abril na região andina, se celebra o dia da mãe natureza. O meu povo Truká traz na nossa cultura os mesmos conceitos dos irmãos da região acima mencionada e acreditamos que não tem como construir o Bem Viver, ou seja, o nosso Sumak Kawsay, sem o cuidado com a vida da nossa mãe, sentimento e interpretação na jornada coletiva pela garantia das nossas vidas.

O Sumak Kawsay¹³ ou Bem Viver é para todo o universo um sentimento e ao mesmo tempo o cuidado com a vida. Não há como receber de volta a nossa mãe sem o mínimo de garantia da vida da natureza divina, pois é ela que dá forma a vida da humanidade. Afirmo que o sentimento que mantemos pela terra representa a nossa conexão com o

¹³ Para os que prezam as referências bibliográficas, o que originalmente, em língua *quéchua aymará*, seria *Sumak Kawsay*. O quíchua é um dos idiomas tradicionais da região andina. "Sumak" teria como correspondente em português: plenitude e *Kawsay* pode ser traduzida como viver. Para aprofundar a compreensão da cosmologia que respalda a categoria e permite a concepção de projeto políticos indígenas, consultar: Baldi, Cesar Augusto. 2013. "Direitos Humanos - Sumak kawsay, interculturalidade e descolonização" In: *Jornal Carta Forense*. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/sumak-kawsay-interculturalidade-e-descolonizacao/10907>. Acesso em: 18.abr.2014; García Linera, Álvaro. 2015. "Socialismo Comunitario del vivir bien" In: *La Migraña ... Revista de Analisis Politico*. Nº. 15. P. 70-73. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/DiegoMaldonadoJover/la-migraa-15>. Acesso em: 05.jan.2020; Rivera Cusicanqui, Silvia. 2010. "Oprimidos pero no vencidos". *Luchas del campesinado Aymara y Qhechwa 1900-1980*. La Paz, La Mirada Salvaje. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/294.pdf>. Acesso em: 20.nov.2012; e Medina, Javier. 2011. "Acerca del suma qamaña" In: Farah, Ivonne H.; Vasapollo Luciano (coords.), *Vivir bien: ¿paradigma no capitalista?*, La Paz, Plural, Cides-Umsa: Fundación Xavier Albó, p. 39-64. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/engov/20131216115814/VivirBien.pdf>. Acesso em: 23.mar.2013. Para ler mais sobre a *terra sem males* associada à interculturalidade e intermedicalidade, consultar: Machado, Almires Martins & Beltrão, Jane Felipe. 2018. "Interculturalizar ou Guaranyizar a escolar? Questão posta ao Brasil plural" In: Souza Lima, Antonio Carlos et al. *Antropologia e a esfera pública – perspectivas e prospectivas sobre a Associação brasileira de Antropologia no seu 60º. aniversário*. Rio de Janeiro/Brasília, E-paper/ABA. Disponível em: http://www.aba.abant.org.br/administrator/product/files/144_00199595.pdf.

nosso cosmo, com as nossas ancestralidades, pois sem a nossa mãe totalmente saudável a natureza fica sem vida, comprometendo o nosso Abya Yala, sentimento de pertença dos 607 povos da chamada América, que significa “terra em plena madurez” ou “Terra de Sangue Vital” e que atualmente é utilizado para referir-se ao território continental, contrapondo-se à nomenclatura e historicidade colonial, imposta por Américo Vespúcio. Falo desta forma, porque nos dois últimos encontros que participei na Venezuela, em jornadas coletivas de povos indígenas, quando em busca de garantia e respeito à conquista dos direitos coletivos de nós, povos originários, me irmanei com muitos outros povos moradores de regiões longínquas em relação ao Brasil em movimentos que marcaram as décadas de 70 e 80 do século passado pelo reconhecimento de direitos indígenas.

Para Mãe Terra, os Truká podem cantar e, eu canto:

“Eu amo a terra onde eu nasci pois tudo que eu conseguir eu agradeço a ela...
 Obrigado mãe terra
 Obrigado mãe terra
 Foi nela que nasci e me criei um guerreiro eu me tornei para defender a terra...
 Obrigado mãe terra
 Obrigado mãe terra
 Obrigado mãe terra
 Na aldeia corre o sangue dos meus antepassados que morreram fuzilados para defender a terra...
 Obrigado mãe terra
 Obrigado mãe terra
 Obrigado mãe terra
 Foi nela que nasci e me criei um guerreiro me tornei pra defender a terra...Obrigado mãe terra
 Obrigado mãe terra
 Obrigado mãe terra
 Eu amo a terra onde eu nasci pois tudo que eu conseguir eu agradeço a ela...Obrigado mãe terra
 Obrigado mãe terra
 Obrigado mãe terra
 Viva ao nosso pai Tupã
 Viva ao vosso filho
 Viva a natureza sagrada
 Viva aos elementos sagrados
 Viva a mãe terra
 Viva as forças encantadas”

Portanto, o Bem Viver precisa de território livre de perversidades, pois não podemos Viver Bem sem respeitar a divina natureza que para nós é sagrada. O Bem Viver é a recompensa por obedecer a todas as orientações do sagrado, e é, ao mesmo tempo,

uma obrigação de todas e todos nós Truká, precisamos estar sempre buscando desenvolver atividades em defesa da terra sem males, da terra em florescimento, da terra madura livre das agressões contra a divina natureza sagrada, o Bem Viver exige respeito aos códigos de conservação da vida de nossa Mãe Terra.

4. O Sistema Tradicional de Ação para Saúde Truká

Falar dos diversos sistemas de saúde indígena é falar de cuidado do corpo. É dizer de cuidar da alma. É referir o cuidado com a espiritualidade. É registrar o cuidado da vida. É falar do cuidado com o cosmo e com o Sagrado. Assim, pensamos sobre o valor da vida, porque é na vida que está a verdade do Bem Viver, essa é a ciência da vida do meu povo Truká.

O conjunto de cuidados consideram o corpo, a alma e o espírito como um todo indissociável. Os nossos especialistas, como vimos antes, seguem pela mesma trilha e cuidam do nosso povo Truká, mesmo quando associam aos conhecimentos Truká o que trouxe a Medicina Ocidental.

Desse modo, falar do Sistema Único de Saúde (SUS) é falar de um sistema que considera partes do corpo, as quais são fracionadas em especialidades médicas pela Medicina Ocidental, diferentemente da concepção Truká. Por isso, falar do SUS compreende expressar o que, no cotidiano, é um atendimento que pode gerar humilhação e que produz/gera calafrios. É falar de insatisfação, de incompreensão, de exclusão e de muitas controvérsias. É dizer de morte e de dor que desrespeita tudo que os Truká consideram para viver. É registrar que o corpo não é apenas separado do espírito e da alma, mas é quebrado/fracionado em partes que não dialogam.

O fato me lembra de chamar atenção para os nossos sistemas de cuidados, pois o nosso olhar é voltado para a verdade, para a especificidade, para a solidariedade, para a humanidade, para a bondade para evitar que o corpo adoença.

Os diversos sistemas de saúde dos povos indígenas cuidam do corpo, cuidam da espiritualidade, cuidam da alma e contam sobre as diversas formas de fazer pajelança, de promover rituais, é falar das diversas formas de fazer o bem às pessoas.

Vou apresentar o caso da minha irmã como exemplo do que afirmo. Foi nas mezinhas que nós encontramos a cura para minha irmã, minha irmã Genecleia, que sofreu perdas terríveis na brutalidade do bisturi de um médico que realizou o procedimento cirúrgico, sacando-lhe as trompas e demais órgãos capitais para a reprodução humana e que quase a levou à morte. Retirada do hospital e “desenganada” pelos médicos, veio para

casa e foi o conhecimento do nosso Pajé, das nossas benzedadeiras e da nossa parteira que a salvaram.

Nossos especialistas usaram banhos de assento e lambedores que conseguiram salvar a vida da minha irmã, quando ela não tinha mais esperança de vida, quando ela não tinha mais para onde ir. O nosso Pajé estendeu a mão e ela, hoje, está contando com a vida salva. E minha irmã é técnica de enfermagem, portanto conhecia por formação muito do que experimentou, como usuária do sistema, quando do tratamento hospitalar. Foi uma brutalidade a prática dos profissionais do SUS no Hospital Municipal da cidade de Cabrobó/PE, mas ela hoje está muito bem graças ao nosso Pajé, aos nossos bons mestres. E graças à nossa benzedeira.

O que precisa ser feito para que o diálogo aconteça? Para que os sistemas se complementem? Para que possamos ter menos conflitos no campo da saúde? Para que a convivência de saberes trabalhe a favor da vida?

Há pouco tempo a minha família (família Cirilo) foi surpreendida, com o diagnóstico e tratamento oferecido para meu sobrinho Adenilson, filho do meu irmão Neguinho Truká, cacique da Aldeia Mãe. O médico psiquiatra o tomou como louco. Em assim sendo o médico passou uma série remédios, medicação para que ele tomasse para o resto da vida. Era um tratamento de pessoa doente mental, uma pessoa esquizofrênica. O pajé (Adailton Truká) do nosso povo e meu irmão discordaram do diagnóstico dado pelo psiquiatra. O pajé então disse ao nosso cacique que iria tratar do filho dele e o levou para o terreiro sagrado para Ilha da Onça¹⁴, onde eu nasci. E lá o Pajé iniciou uma série de tratamentos com plantas medicinais, reza e benzeção realizados com recolhimento em retiro, cuidando da alma e do espírito, buscando a ligação com nossos ancestrais e na ligação com o nosso cosmo. Ele tratou do meu sobrinho, que hoje está sendo preparado para assumir o cacicado do seu pai daqui alguns anos.

Observo que a criança que tinha sido condenada a viver eternamente na base de psicotrópicos, medicação para pessoa com doença mental, hoje, está sendo preparada para ser o futuro cacique da Aldeia Mãe para conduzir o nosso povo, no lugar do seu pai.

¹⁴ Ilha do Velho Opará, não habitada por humanos, que é o nosso território sagrado usado em ocasiões especiais quando os rituais são realizados. Sobre o assunto devo manter silêncio.

O relato diz respeito às funções que devem ser desenvolvidas pelo nosso Pajé, que deve zelar pelo equilíbrio dos Truká. E sem dizer nada a ninguém sobre o que faz e por que faz, mas sabe que faz porque é sua missão, enquanto liderança religiosa do nosso povo, que trabalha diretamente com sagrado ligando a nossa espiritualidade à nossa alma e ao nosso cosmo.

Será que nos dois casos, o diálogo entre especialistas que dominam conhecimentos especializados não poderia ter ocorrido? Afinal, o grande desafio que precede a atuação dos profissionais de saúde em território indígena, como o nosso Truká, é o respeito à diferença, o desafio é não a tornar desigualdade, pois os conhecimentos da Medicina Ocidental não são de conhecimento Truká, portanto os médicos, dos casos que relatei anteriormente, deveriam ter usado das relações de troca para melhor atender a minha irmã e o meu sobrinho. Os médicos e as equipes de saúde devem evitar a imposição vertical de conhecimentos, pois a diversidade social e cultural dos povos indígenas deve ser reconhecida.

Acredito que se faz necessário que o Estado entenda que o subsistema de atenção à saúde indígena não pode andar de forma autoritária, ele não pode se autointitular como sistema de saúde indígena, ele é um sistema de saúde indigenista e como tal precisa entrar em sintonia com os usuários. Ele é, e deve continuar a ser, um sistema complementar aos diversos sistemas que temos em nossos territórios. Ele não veio aqui como um sistema resolutivo, quem é resolutivo são os diversos sistemas que os povos indígenas alimentam em seus territórios.

Pensando assim, o subsistema precisa ser dialógico e intercultural, ele precisa ser implantado e implementado, dialogando e olhando as especificidades dos povos indígenas, especialmente a forma de organização sociocultural dos povos que, pela descrição que fiz anteriormente, se distancia da forma de atuar da Medicina Ocidental. Em nenhum momento ele pode ser imposto a nós de maneira autoritária, não é possível desconsiderar as especificidades vividas por nós povos indígenas e não é possível haver troca se o Médico se apresenta como alguém que detém saberes superiores.

Os especialistas indígenas são os que cuidam dos nossos sistemas tradicionais de cuidado do corpo, da espiritualidade e da alma. Sobretudo, porque para os não indígenas a doença não possui ligação com o Sagrado e com o cosmo, portanto é preciso respeitar os sistemas tradicionais, que devem ser vistos e respeitados pelo subsistema

de atenção à saúde indígena. A prática da intermedicalidade é desejada, caso contrário produzirá no mínimo mal-estar. Sem a prática intermedical o conflito se instaura e as partes não conseguem se entender.

Considero que para a prática da intermedicalidade, o mal-estar apontado acima deve ser sanado, pois nós povos indígenas precisamos ser respeitados e considerados dentro do espaço social de troca que deveria ser estabelecido. A construção do espaço social de trocas é uma construção que requer relações horizontais, os Truká não se submetem à sulbaternização produzida pelos médicos que tentam invalidar seus sistemas de saúde. Por força dos movimentos indígenas por direitos, nós povos indígenas temos entre nós pessoas que exercem o protagonismo, intelectuais com domínio de conhecimentos diferenciados encontram-se espalhados pelas aldeias. Cabe, portanto, aos demais agentes sociais, em conjunto com os movimentos indígenas, discutir novas posturas, adequadas ao presente, as quais podem ser refinadas no futuro.

Por essa ótica, a gente vai conseguir instituir um diálogo em que ambos construam ações que promovam a cura e o autocuidado junto com as pessoas indígenas, o Sistema Ocidental precisa urgentemente ouvir as pessoas indígenas, pois sem a participação efetiva das lideranças e dos nossos especialistas que estão enraizados na tradição Truká, os conflitos continuarão a incomodar a todos.

O SUS como um todo precisa se remodelar, precisa apreender os conhecimentos dos povos originários para que se torne um sistema adequado à diversidade e consiga de fato agregar conhecimento e produzir a cura, não apenas aos indígenas adoecidos, mas para todos por intermédio do conhecimento adquirido com os sistemas construídos pelos povos e grupos diferenciados do grande mosaico brasileiro.

Saúde indígena não é construída na academia, ela encontra-se distante da academia. A Saúde Indígena é construída na relação com o sagrado. Ela é construída com o nosso povo, é construída com a nossa ancestralidade. Saúde Indígena é construída dentro do nosso território. É construída junto com o nosso povo, com a sabedoria das nossas matas, da nossa água, do nosso ar. É construída com a sabedoria da Mãe Terra e da Divina Natureza Sagrada.

A Saúde Indígena é construída por meio da sabedoria ancestral que congrega o saber da espiritualidade e da cosmologia. Saúde Indígena é instituída via o respeito que temos

em relação aos conhecimentos e a orientação dos nossos especialistas: o pajé e as benzedeira/mezinheira/rezadeiras. É assim que se constrói a saúde indígena.

Saúde Indígena diz da paz, do amor e da felicidade que reina nas aldeias e se impõe pelo respeito de maneira coletiva feito uma irmandade fraterna. Saúde Indígena não se refere a mim ou a ti, ela diz respeito ao todo, ao conjunto das pessoas. Saúde Indígena é abraço respeitoso. Saúde Indígena é tudo o que você deseja para você e que pode e deve ser entregue ao outro. Isso sim, é saúde indígena.

Saúde Indígena não é miséria, não é só remédio, não é esmola. Saúde Indígena não é repressão, não é opressão. Não é a negação de direito à saúde Indígena, ela é felicidade. Viver a saúde indígena é estar em paz com a natureza. É estar em paz com o cosmo é estar em paz com o sagrado, é viver com saúde. É estar com nossos mais velhos e com os nossos mais novos. Com os jovens e as nossas crianças. É ainda estar em paz com os nossos animais, com a divina natureza sagrada. É respeitar os códigos de convivência com os nossos rios, a nossa mata e é, sobretudo, respeitar os saberes dos nossos ancestrais. É viver fazendo o outro conviver com você todos os dias na paz. Ter saúde não é tomar remédio, é ter equilíbrio e viver de maneira harmoniosa no território Truká. Embora o povo Truká tenha participado efetivamente das lutas nacionais em busca de garantir a permanência dos direitos coletivos de todos os povos indígenas do Brasil, entendemos que nem mesmo o levante dos povos indígenas, nos anos 70, 80 e 90 do século passado, despertou nas autoridades do Estado sensibilidade para corrigir o grande mal de viver na indigência.

Este grande mal promovido pelo Estado brasileiro contra nós povos indígenas se tornou a indigência continuada na qual vivemos em termos de saúde. Eu não posso estar bem e meu parente indígena ter os seus direitos negados, essa é a verdadeira realidade dos irmãos indígenas vivendo fora do contexto de seus territórios, a indigência é realidade viva na atualidade. Falta assistência qualificada e atendimento em número suficiente para nos acolher, não existe respeito às especificidades de todos os povos, continuamos, em pleno século XXI, a lutar pela adoção de um sistema que dê conta de desenvolver as ações de saúde junto a todos nós povos indígenas, considerando os nossos saberes sagrados, respeitando as nossas especificidades e que dialogue com os diversos sistemas de conhecimentos e saberes da saúde dos povos indígenas.

É com a espiritualidade alimentada pela alma, que é ligada ao sagrado, que vive o povo Truká, somos originários da terra, vivemos, sonhamos, lutamos, sobrevivemos, existimos e resistimos por um território sem males na região do submédio do Velho Opará, fonte de sabedoria da vida e das orientações dos ancestrais.

5. O Sistema de Saúde Indígena do Sistema Único de Saúde: entre lutas e luto

Lutar pela criação do Subsistema de Atenção a Saúde Indígena (Sasi-SUS) foi, sem sombra de dúvida, uma conquista. Entretanto, deixar o SasiSUS na mão dos *nhunú idé* (brancos),¹⁵ que inventaram arranjos técnicos pouco pertinentes à nossa realidade, foi um grande retrocesso. Dizer que os povos indígenas são os protagonistas desta luta é verdade, mas afirmar que os povos originários são protagonistas do controle social do SasiSUS é um terrível engano, as políticas devem ser feitas de baixo para cima, para nós povos indígenas o sentido político imposto pelos *nhunú idé* (brancos) está na contramão da história, eles trazem sempre “as coisas” prontas, subestimando a nossa inteligência e sabedoria, afora desejarem sempre concordância.

Registro ainda um outro engano terrível, os gestores do SasiSUS não compreendem a interculturalidade necessária à prática da intermedicalidade, a importância dos nossos itinerários terapêuticos, a força do conhecimento do sagrado, a importância do pajé no processo de cuidado e de cura de uma pessoa indígena. Os *nhunú idé* (brancos) terminam com a sua postura negando os nossos conhecimentos e obstruindo a nossa participação.

Um dos grandes equívocos do SUS se configura nas referências e contrarreferências. Quando a pessoa indígena sai da aldeia, os agentes do sistema perdem a referência deste usuário indígena, além do mais, os estabelecimentos de saúde do SUS, com seus trabalhadores não estão preparados e humanizados para promover o acolhimento da pessoa indígena. Os estados e municípios brasileiros que ficam com todo o recurso da média e alta complexidade cruzam os braços na grande maioria das vezes, além de não terem interesse e nem compromisso com a gestão sanitária para oferecerem as ações complementares junto aos nossos territórios.

A atenção básica não recebeu nenhum tipo readequação, seus estabelecimentos continuam os mesmos, contrariando o que estabelece a Lei nº. 8.080/90, que determina

¹⁵ Denominação utilizada, por nós Truká e pelos parentes da região do velho Opará falantes da língua Dzibukúá/Kipea, para chamar os não indígenas, os brancos.

readequação das estruturas com vistas ao acolhimento da pessoa indígena. Nada parecer mudado e, nem sempre, os profissionais do sistema são treinados para nos atender. Da mesma forma, o Ministério da Saúde que possui como missão o dever de criar todas as garantias aos povos indígenas, procedendo um atendimento qualificado e de qualidade com foco na especificidade de cada povo indígena no processo de recuperação da saúde, até 2022, esqueceu a missão. Espera-se que com a priorização da saúde indígena e do protagonismo que conquistamos em 2023, as mudanças aconteçam.

Sabemos, nós povos indígenas que o papel do Ministério da Saúde é promover a aproximação entre os entes federados com vistas na readequação de todos os estabelecimentos de saúde para dar conta de atender as demandas do SasiSUS. A omissão do MS, deixa evidente as razões pelas quais os povos indígenas, ao chegar no SUS, experimentam uma realidade aterrorizante, os gestores municipais, estaduais e do Ministério da Saúde não conseguem chegar a um entendimento adequado para atender os povos indígenas que vivem em regime apátrida nos centros urbanos das muitas periferias do Brasil.

O SasiSUS se tornou excludente por inúmeras razões: (1) não respeitar os conhecimentos das nossas ancestralidades sobre o cuidado com o corpo e com a espiritualidade; (2) ignorar o conhecimento dos nossos pajés e xamãs enquanto detentores de conhecimentos das nossas plantas sagradas para o cuidado com o corpo e com a espiritualidade; (3) manter distanciamento nas orientações que atendam as especificidades da pessoa indígena na abordagem, respeitando o uso dos nossos medicamentos orientados pelos nossos detentores de conhecimento da saúde indígena, evitando sempre que possível a substituição por medicação química; (4) ausência de sensibilidade com as doenças que não são codificadas no CID, que é de conhecimento apenas dos nossos especialistas, considerando doença unicamente aquilo que os *nhunú ide* (brancos) trabalhadores conhecem; (5) ausência de acesso e sensibilidade daqueles que têm a responsabilidade de realizar o acolhimento de acordo as especificidades de cada pessoa indígena; (6) prática de exclusão quando um determinado trabalhador falta sem prévio aviso e o usuário perde a única oportunidade que tinha de ter um diagnóstico preciso para a cura do agravo à sua saúde; (7) prática da exclusão por conta de racismo

e preconceito quando o trabalhador do SUS marginaliza aquele que ele deveria acolher com respeito e reciprocidade.

O SasiSUS, como um braço do SUS nas terras indígenas ou junto aos povos indígenas, se tornou esse subsistema excludente por falta de cuidado dos seus operadores. Em tempos passados, o SasiSUS avançou em largas passadas em suas ações, mas com a sua ineficiência atual, sofreremos muitas marcas deixadas que não podem ser esquecidas e é com base nestas marcas que acredito poder contribuir mais ainda no aprimoramento do SasiSUS.

É impossível deixar de lado os eventos de participação social. Os eventos são os lugares adequados para que o povo, por via de seus representantes, se manifeste e fale de “angústias e sofrimentos”. É isso que na grande maioria dos casos faz a política melhorar em defesa de quem precisa dos serviços oferecidos. As conferências temáticas ou nacionais, que teoricamente acontecem a cada quatro anos, são o espaço legítimo desses debates. Entretanto, em relação a nós, povos indígenas, o Estado não tem aplicado esses mesmos critérios das conferências acima mencionadas. É como se as Conferências Nacionais de Saúde Indígena não tivessem a mesma importância.

A 6ª. Conferência Nacional de Saúde Indígena, cujo tema foi “Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas: atenção diferenciada, vida e saúde nas comunidades indígenas”, ilustra o que afirmo, pois foi necessário que os movimentos indígenas tomassem nas mãos a condução do evento com muita dificuldade.¹⁶

É válido refletir que as conferências nacionais de saúde indígena devem ter a mesma regularidade que as demais conferências, caso contrário não se avança na solução de problemas, além de se constituir em racismo.

O meu povo, o povo Truká não concorda com esse sistema de exclusão dos povos indígenas, creio que os demais concordam conosco. O SasiSUS precisa mudar, realizar as conferências a cada quatro anos, ouvir as pessoas e registrar as questões que mais as afligem para efetivamente combater a exclusão social e garantir o diálogo entre medicina curativa e preventiva, é assim que meu povo vê o SasiSUS. Promovendo o diálogo entre os conhecimentos ancestrais e o conhecimento ocidental, o detentor de conhecimento tradicional e o profissional ocidental, devem se respeitar e ver com bons

¹⁶ Não me estendo sobre o assunto por não ser o foco do trabalho, mas acompanhei a 6a. Conferência de dentro do evento, sendo inclusive relator do evento.

olhos a medicação tradicional, aquela que cuida do nosso corpo e da espiritualidade com vistas aos cuidados do Sistema de Ação para a Saúde Ocidental.

O SasiSUS precisa respeitar os diversos sistemas de conhecimento da ciência do povo Truká para que juntos cuidemos da pessoa indígena, essas amarras político-burocráticas que precisam voltar a ser pauta da reformulação da Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (PNASPI), só as conferências nos garantem que a discussão seja ponto de pauta.

Nós povos indígenas lutamos por um sistema que viesse a atender as nossas especificidades dentro de um processo de adoecimento do corpo em todas as suas complexidades e não da exclusão da vida. É um absurdo não ter direito a uma urna funerária ao desviver, argumentando que esse direito não foi reconhecido pelos órgãos de controle externo e o SasiSUS nada fez para reverter essa realidade, nos negando um direito constitucional na justificativa de que só são concedidas as urnas funerárias às pessoas indígenas se estiverem em tratamento. Essa é mais uma das formas de exclusão do SasiSUS.

As exclusões não são poucas e não acontecem apenas com os parentes fora da aldeia, pois as exclusões ocorrem também dentro do território. Podem ocorrer na interpretação das causas do adoecer, do cuidar, do acolher, do medicar, da abordagem e da imunização. Portanto, temos que estar atentos todo tempo. Casos não faltam!

Acredito que os passos a serem seguidos são os do caminho correto, digo pelo aprendizado que se adquire na caminhada, durante toda a nossa jornada de vida que só é possível avançar coletivamente. Portanto, o coletivo é, e sempre será, a bandeira dos movimentos indígenas que nos uniu e une para trazer o SasiSUS de volta à sua missão original junto aos povos. Precisamos lutar bravamente para que as conferências aconteçam de fato a cada quatro anos, porque é a forma de corrigirmos as discrepâncias que possam surgir no percurso da jornada da vida.

Podemos mudar o SasiSUS para atender a todos os povos dentro das suas especificidades. O fato é que essas tomadas de decisão não dependem, apenas de uma pessoa ou outra, é um papel que pertence às conferências e que depende da regularidade na realização nas etapas locais, distritais e na etapa nacional, de acordo com o que determinam as Leis nº. 8.080/90, 8.142/90 e 9.836/99. Sem a regularidade os caminhos são tortuosos, ficamos a mercê da boa vontade política e não podemos

mais nos tornar reféns deste clã político do mal que nega os nossos direitos. Espero que as mudanças políticas atentem para o tema.

Por fim, devo declarar que tentei de todas as formas trazer um pouco da realidade Truká de Orocó para a discussão, busquei atender as orientações requeridas em relação ao SasiSUS e os nossos sistemas tradicionais Truká, nem sempre tive êxito.

Acredito que o ponto fulcral das divergências se concentra na ausência de interculturalidade que repercute na intermedicalidade que deve pautar o atendimento do usuário do SasiSUS.

Para tomar a interculturalidade como diretriz política é preciso considerar que os sistemas de ação tradicional e ocidental para a saúde se equivalem e são sujeitos a mudanças ao longo do tempo.

Em relação aos sistemas tradicionais, como o caso do nosso sistema Truká, as mudanças ocorrem pelo contato com as demais sociedades e ao longo do tempo sofrem adaptações. Um dos exemplos é o caso do AIS e do AISAN que membros do coletivo indígena e educados na tradição, trabalham observando as inovações trazidas pelo SasiSUS, entretanto os agentes de saúde e saneamento, não podem, como às vezes acontece, olvidar o pertencimento étnico e produzir ruídos na atuação cotidiana.

Na referência dos profissionais de saúde que atuam conosco ocorre de não terem formação que os tornem sensíveis para atuação nas aldeias, pois conservam sua formação racista que provoca conflitos. Todo o trabalho na comunidade Truká passa pela observância das normas do coletivo. O ritual de ingresso dos agentes externos passa por negociação com as lideranças que avalizam o ingresso. Ao atuar, o não indígena deve procurar respeitar às autoridades de saúde do nosso povo e, também, não devem esquecer que os saberes se equivalem e que os usuários do sistema conhecem ou estão melhor adaptados às práticas de saúde tradicionais.

Consideramos que interculturalidade é um processo de comunicação cultural que envolve relações sociais entre grupos de pertencas diversas, que interagem em condições de simetria/igualdade, que mantêm o respeito mútuo e dialogam entre si. Se a suposição é correta, as relações sociais interculturais sistematicamente envolvem conflitos, pois a horizontalidade jamais se apresenta de imediato, elas devem ser estabelecidas de comum acordo, para evitar o modo colonial que por conta da

hegemonia econômica do mundo ocidental querem/aprenderam a se impor politicamente sobre os demais.

Lendo a legislação pertinente ao SasiSUS, analiso as proposições estatais sobretudo no que se referem as ações de interculturalidade que, em geral, são vinculadas às políticas públicas abandonam a ideia de conflito presente nas relações assimétricas. Enquanto a leitura dos movimentos indígenas considera o conflito e reivindicam dialogar de igual para igual.

Portanto, interculturalidade não é unicamente uma categoria, é antes de tudo uma aposta, um processo no qual as pessoas envolvidas exigem simetria nas relações que se estabelece entre as suas sociedades. E conosco não é diferente, os Truká requerem respeito às tradições, fato que em si exige simetria.

No caso das políticas públicas, o uso da categoria de interculturalidade parece retórico e bastante conservador, pois as propostas estatais “ignoram” o passado colonial do Brasil e partem do pressuposto que as bases da mudança – que em geral vêm desenhadas pelo Estado – que se apresentam com o objetivo de inclusão social, ignoram os conflitos inerentes ao processo de contato.

Ignorando as fraturas do contato, as políticas públicas promovem exclusão social, as quais são vividas pelas pessoas que deveriam ser protagonistas das supostas “novas políticas públicas”. Afora, o fato de ignorarem o controle social que os coletivos mantem em relação às ações de saúde.

O controle social, como explicitado anteriormente, é pensado a partir dos conselhos indígenas que incorporam as pessoas mais velhas dos nossos coletivos. Nos atualizamos, também, em relação ao que se prescreve como controle social na legislação vigente, os quais, na medida em que se ampliam, as ações passam a considerar diversas instâncias colegiadas, ou mesmo, “assembleianas”. Na saúde indígena contamos com instâncias de decisão locais e nacionais que alcançam as conferências nacionais – que aprovam ou desaprovam o que se faz como políticas públicas e propõem soluções aos problemas que envolvem as pessoas e os coletivos de usuários. Essa foi uma conquista nossa, dos povos indígenas, como informei linhas atrás, quando da criação da Secretaria de Saúde Indígena (SESAI), o modelo da saúde se espalha e alcança outros campos com a Educação Escolar Indígena.

Pergunto, como adotar o modelo de interculturalidade, ignorando que o dito modelo se propõe a lidar com a diversidade cultural. Observo que as abordagens estatais trazem consigo formatos legais, entretanto as inscrições documentais permanecem defasadas e apesar de sua aparência “enérgica” e supostamente inovadora em relação a nós, o modelo utilizado se parece mais com um “processo de assimilação” vivido pelos Truká desde os tempos da invasão europeia que vem disfarçado, uma vez mais, a igualdade implica em submeter os participantes indígenas à cultura hegemônica dominante. (Akkari, 2015)

Evidentemente, se as bases da interculturalidade não sustentam as atividades da saúde indígena, pergunto: como produzir a intermedicalidade?

Nossos sistemas de saúde e cuidados, assenta-se no tripé: território, rituais sagrados e especialistas Truká. O território está garantido via demarcação e desintrusão, apesar de não homologada. É no território que plantamos, colhemos, caçamos algumas vezes e pescamos de forma escassa, pois as invasões e as barragens retiraram de nós Truká a possibilidade de viver com abundância. É também no território que desenvolvemos nossos rituais que solicitamos, por força dos especialistas, a proteção dos encantados que se encontram nas matas e nos rios. Portanto, amplas são as possibilidades de atenção à saúde, uma vez que diversos aspectos sociais, culturais e econômicos nos afetam e os caminhos da cura consistem em saber lidar com os diversos fatores que geram desequilíbrio. Assim sendo, a tomada de decisão em relação ao processo de saúde e doença, assim como o melhor caminho para a cura, pertence aos especialistas que procuram o equilíbrio da pessoa Truká como um todo: corpo, alma e espírito de forma integrada.

Compreender as intrincadas relações dos sistemas de saúde indígena não é tarefa fácil para profissionais de saúde que não participaram de uma formação humanística em escolas médicas e biomédicas, pois em seus currículos as proposições de compreensão do outro etnicamente diferenciado, como nós os Truká, não se faz presente.

O não saber lidar com outro poderia ser evitado ou relativizado, caso a preparação dos profissionais para entrar em atuação nas aldeias fosse planejada e as conversas de natureza antropológicas se fizessem presentes. Afora a necessidade de rodas de conversa com as lideranças locais que são as autoridades políticas competentes para

oferecer informações e discutir como encaminhar o entendimento com os membros do coletivo.

Na minha experiência, a zona de contato que chamamos de intermedicalidade deve ser trabalhada no sentido de se dar a conhecer os procedimentos tanto da Medicina Ocidental quanto dos sistemas tradicionais de ação para saúde, fato que evitaria/diminuiria os ruídos entre as partes e atenderia a legislação vigente, pouco conhecida pelos não indígenas, e ao mesmo tempo produziria maior compreensão do mundo Truká.

E lá se vão mais de 40 anos lutando no campo da saúde e não consigo ver mudanças estruturais. Temos avanços, mas falta muito para o cumprimento da legislação e sobretudo das diretrizes emanadas das conferências de saúde indígena, isso para não falar das discontinuidades temporais das mesmas pelo Ministério da Saúde.

Em busca de resultados (à guisa de conclusão)

Na escrita da dissertação tentei tornar evidente as divergências entre os nossos sistemas de saúde e o SasiSUS. Nesse sentido, é importante dizer que as incoerências e as inconsistências não são eternas e quaisquer procedimentos são passíveis de mudança.

O SasiSUS é uma obra nossa, dos povos indígenas, existem caminhos para resolver os impasses que aqui se apresentam. Precisamos nos manter unidos em busca de objetivos alcançáveis em benefício da saúde dos povos indígenas.

Os argumentos apontam inúmeros caminhos para a retomada do SasiSUS à sua missão original, porém, a volta não depende, apenas, dos movimentos indígenas, precisamos voltar aos velhos caminhos das articulações políticas, pois a doença do SasiSUS não é apenas de ordem administrativa, é também de ordem política na interpretação da verdadeira missão do subsistema com vistas ao que está garantido na Constituição de 1988 e na legislação complementar com viemos apontando na dissertação. É dessa maneira que podemos corrigir uma série de equívocos da verdadeira missão do SasiSUS. Precisamos rever o modelo de governança coordenado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena-SESAI/Ministério da Saúde em relação ao SasiSUS, pois é inadmissível continuar adotando os velhos padrões arcaicos do serviço público do Brasil colonial.

Considero, portanto, que é preciso, **inicialmente**, respeitar o que está na lei, pois tanto a Constituição de 1988, como a legislação pertinente ao assunto indica que o SasiSUS é complementar aos diversos sistemas tradicionais para a saúde mantidos pelos povos indígenas, portanto as sobreposições e as hegemonias que muitos querem manter sobre nós povos indígenas ferem nossos direitos fundamentais que correspondem ao Bem Viver.

Os profissionais do SasiSUS precisam assumir uma postura política complementar aos sistemas tradicionais e, portanto, não apenas as ações de atenção primária precisam ser discutidas em diálogo com os serviços de média e alta complexidade, pois além dos problemas locais, a saída de um usuário dos serviços da aldeia para tratamentos

complementares ou de emergência, há uma descontinuidade no acompanhamento e se “perde” possibilidade de um acolhimento de qualidade.

Acredito que a partir do momento em que os profissionais do SasiSUS treinarem o olhar de forma diferenciada, tratando as pessoas diversas como iguais, não permitindo que o racismo o considere os Truká de maneira desigual, pouco digno de consideração, a mudança começará a acontecer e, assim teremos um subsistema equilibrado e capaz de estabelecer relações simétricas. A busca constante, por parte do SasiSUS, de compreensão dos sistemas de saúde tradicionais indígenas é urgente. Se o cuidado nessa relação falhar, não se conseguirá avançar.

Em **segundo lugar**, o Ministério da Saúde, por intermédio de seus profissionais, precisa obrigatoriamente investir na realização das conferências nacionais de saúde indígena, de quatro em quatro anos, mantendo uma periodização sistemática, pois o evento nacional se sustenta pelas bases locais e distritais, quando se discute os problemas do atendimento aos povos indígenas. As conferências nacionais serão mais eficientes caso o tratamento das ações locais e distritais se fizer presente, pois o evento nacional é resultado dessas discussões setoriais. É durante as conferências que se discute a questão do diálogo e da abordagem feita pelos profissionais de saúde ocidental, as quais não atendem aos preceitos indígenas, conseguem, inclusive, ferir a organização social dos povos indígenas. Essas delicadas questões precisam ser bem cuidadas.

Em **terceiro lugar**, restaurar a base legal do controle social das ações de saúde indígena, pois embora que a duras penas estivéssemos vigilantes em relação à saúde indígena, o controle social foi destruído pelo negacionismo vigente nos últimos quatro anos (2019-2023). O retorno legal das instância de deliberação que corresponde aos Conselhos Locais de Saúde Indígena (CLSI), Conselhos Distritais de Saúde Indígena (CONDISI) e Forum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCONDISI) pois as instâncias preveem a participação de representantes indígenas que atuam diretamente no controle das ações referentes à saúde indígena.

As observações que faço acima podem impedir que se desrespeite os conhecimentos das nossas ancestralidades sobre os cuidados com o corpo que não se separa da alma e da espiritualidade, ponto crucial da zona de contato entre as sociedades ocidental e indígena.

As mudanças, caso concretizadas ou postas em andamento, permitirão o reconhecimento de nossos pajés e xamãs enquanto especialistas detentores de conhecimentos das nossas plantas sagradas para o cuidado integral ao corpo Truká e demais corpos dos povos indígenas.

Podem trazer a público orientações que atendam as especificidades da pessoa indígena na abordagem, respeitando o uso dos nossos medicamentos orientados pelos nossos especialistas no conhecimento da saúde indígena, evitando, sempre que possível, a introdução de medicação química.

Permitirá o incentivo aos profissionais de saúde ocidental a manterem uma certa sensibilidade relativa às doenças que não são codificadas, via CID, que é de conhecimento, apenas, dos nossos especialistas. Os profissionais de saúde vindos de fora do mundo Truká ampliarão seus conhecimentos relativos aos adoecimentos.

Acredito, também, que os problemas relativos a agendamentos de consultas, procedimentos e perícias possam ser resolvidos de forma dialogada, caso a mudança política se faça sentir entre nós.

A informação e o conhecimento mais aprofundados de ambas as partes em contato podem melhorar as ações e evitar o preconceito e a discriminação atravessadas pelo racismo promovendo melhor acolhimento, baseado no respeito e na reciprocidade.

E por **último**, faz-se urgente adotar um modelo de contratação da força de trabalho da saúde indígena que assegure confiança aos usuários e ao mesmo tempo garanta estabilidade ao trabalhador da saúde indígena para que a inovação e as inúmeras formas de acolhimento e abordagem do usuário, garanta um processo de assistência à saúde de forma dialogada, apoiada pelos princípios da interculturalidade e da intermedicalidade, suprimindo de vez a violação dos direitos fundamentais de acesso às ações de saúde da pessoa indígena de forma coletiva ou individual.

As observações que faço ao longo da dissertação devem ser consideradas, sempre, uma das muitas versões a respeito do entendimento dos sistemas de ação para saúde tradicionais e do SasiSUS, entretanto estamos abertos ao diálogo e esperamos que as mudanças que acordaram o novo governo para os direitos indígenas e o protagonismo dos povos indígenas fomentem mudanças, pois esperamos resistentemente há 523 anos.

Referências

Documentais

Convenção nº. 169/2004 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao_169_OIT.pdf . Acesso em 4.mai.2023.

Lei Complementar nº. 141/2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp141.htm . Acesso em 4.mai.2023.

Constituição Federal 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em 4.mai.2023.

Lei nº. 8.080/1990. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/web_confmundoal/docs/l8080.pdf . Acesso em 4.mai.2023.

Lei nº. 8.142/1990. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/web_confmundoal/docs/l8142.pdf . Acesso em 4.mai.2023.

Lei nº. 9.836/99. Disponível em: http://www.conselho.saude.gov.br/web_confmundoal/docs/l8142.pdf . Acesso em 4.mai.2023.

Decreto nº. 3.156/99. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3156.htm . Acesso em 4.mai.2023.

Decreto nº. 5.051/2004. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm . Acesso em 4.mai.2023.

Decreto nº. 143/2002. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2002/decretolegislativo-143-20-junho-2002-458771-convencao-1-pl.html> . Acesso em 4.mai.2023.

Lei nº. 9.836/99. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/Web_comissoes/cisi/doc/Lei_9836_1999.pdf . Acesso em 4.mai.2023.

Bibliográficas

Akkari, Abdeljalil. 2015. "Educação intercultural no Brasil: entre o conservadorismo e transformações radicais" In: *Cadernos cenpec pesquisa e ação educacional*. São Paulo, v. 5, n.º.1, p. 159-182 | jan./jun. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/323>.

Acesso em: 14.abr.2023.

Araújo, Alceu Maynard. 1977. *Medicina Rústica*. São Paulo: Cia e Editora Nacional.

Araújo, Alceu Maynard. 2004. *Folclore nacional III: ritos, sabença, linguagem, artes populares e técnicas tradicionais*. São Paulo: Martins Fontes.

Baldi, Cesar Augusto. 2013. "Direitos Humanos - Sumak kawsay, interculturalidade e descolonização" In: *Jornal Carta Forense*. Disponível em: <http://www.cartaforense.com.br/conteudo/artigos/sumak-kawsay-interculturalidade-e-descolonizacao/10907>. Acesso em: 18.abr.2021.

Batista, Mércia Rejane Rangel. 2005. *Construindo e Recebendo Heranças: as lideranças Truká*. Rio de Janeiro: tese de doutorado apresentada à UFRJ/MN/PPGAS.

Butler, Judith. 2015. *Quadros de Guerra, quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Cascudo, Câmara. 2000. *Dicionário do folclore brasileiro*. São Paulo: Global.

Florêncio, Roberto Remígio. 2019. "O Ensino da Cultura Indígena nas Aldeias: o caso das Oficinas de Letramento do Povo Truká" In: *Cadernos Cajuína*. V. 4, N.º. 3, p. 147-155. Disponível em: <https://cadernoscajuina.pro.br/revistas/index.php/cadcajuina/article/view/312/226> . Acesso em: 1º.mai.2023.

Florêncio, Roberto Remígio. 2020. "Aspectos Culturais do Povo Truká de Assunção: territorialidades emergentes" In: *Revista Científica da Unirios*. Vol. 14, 24, p. 62-74. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/188/188> . Acesso em: 1º.mai.2023.

Florêncio, Roberto Remígio & Abib, Pedro Rodolpho Jungers. 2022. "Os povos indígenas do Opará e a educação intercultural: uma etnografia crítica" In: *Espaço Ameríndio*. Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 105-136, jan./abr. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/117413/84738> . Acesso em: 1º.mai.2023.

García Linera, Álvaro. 2015. "Socialismo Comunitario del vivir bien" In: *La Migraña ... Revista de Analisis Politico*. N.º. 15. P. 70-73. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/DiegoMaldonadoJover/la-migraa-15>. Acesso em: 05.jan.2020.

Garnelo, Luísa. 2003. *Poder, hierarquia e reciprocidade: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/zhfmd/pdf/garnelo-9786557080122.pdf> . Acesso em: 03.jan.2022.

Gomes, Kátia Maria Rodrigues. 2012. “Práticas de letramento na comunidade indígena Truká-PE” In: *XIII Encontro da ABRALIC Internacionalização do Regional*. Campina Grande-PB. Disponível em: https://abralic.org.br/anais/arquivos/2012_1434243105.pdf . Acesso em: 1º.mai.2023.

Langdon, Esther Jean & Garnelo, Luiza (orgs.). 2004. *Saúde dos Povos Indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/ABA.

Luciano, Gersem dos Santos. 2006. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional. 227p. Disponível em <HTTP://www.laced.mn.ufrj.br/trilhas/> . Acessado em 25/09/2009.

Machado, Almiros Martis. 2015. *Exá raú mboguatá guassú mohekauka yvy marãe“y ou De Sonhos ao Oguatá Guassú em busca da(s) Terra(s) Isenta(s) de Mal*. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Pará. Belém/PA. (Inédita)

Machado, Almiros Martins & Beltrão, Jane Felipe. 2018. “Interculturalizar ou guaranizar a escola? Questão posta ao Brasil plural” In: Souza Lima, Antonio Carlos de; Beltrão, Jane Felipe; Lobo, Andrea; Castilho, Sérgio; Lacerda, Paula Mendes; & Osorio, Patrícia. (Org.). *A Antropologia e a esfera pública no Brasil Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário*. Rio de Janeiro/Brasília: E-paper/ABA, pp. 505-517.

Medina, Javier. 2011. “Acerca del suma qamaña” In: Farah, Ivonne H.; Vasapollo Luciano (coords.), *Vivir bien: ¿paradigma no capitalista?*, La Paz, Plural, Cides-Umsa: Fundación Xavier Albó, p. 39-64. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/engov/20131216115814/VivirBien.pdf> . Acesso em: 23.mar.2023.

Menéndez, Eduardo L. 2003. “Modelos de atención de los padecimientos: de exclusiones teóricas y articulaciones prácticas” In *Ciência e Saúde Coletiva*. Rio de Janeiro: v. 8, nº. 1, p. 185-207. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/pxxsJGZintrqbxZl6cdTnPN/abstract/?lang=es> . Acesso em: 03.jan.2022.

Pacheco de Oliveira, João (Org.). 1999. *A viagem da volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa.

Pacheco de Oliveira, João. 2004. "Pluralizando tradições etnográficas: sobre um certo mal-estar na Antropologia" In: Langdon, Esther Jean & Garnelo, Luiza (orgs.). *Saúde dos Povos Indígenas: reflexões sobre antropologia participativa*. Rio de Janeiro/Brasília: Contra Capa/ABA, pp. 9-32.

Povo Truká-Tupan de Paulo Afonso - Bahia / Povos indígenas do Rio São Francisco – N. 01 (jan. 2019) / Coordenação da pesquisa: Alzení de Freitas Tomáz; Juracy Marques. Manaus: UEA Edições / PNCSA, 2019.

Projeto Educativo Sócio-Cultural: Índios na visão dos Índios. s/d. *Truká*. Disponível em: www.visaodosindios.com.br . Acesso em: 1º.mai.2023.

Rivera Cusicanqui, Silvia. 2010. "Oprimidos pero no vencidos". *Luchas del campesinado Aymara y Qhechwa 1900-1980*. La Paz, La Mirada Salvaje. Disponível em: <http://www.ceapedi.com.ar/imagenes/biblioteca/libreria/294.pdf>. Acesso em: 20.nov.2022.

Schillaci, Manuela. 2017. *Religiosidade Truká e o Rio São Francisco (PE) : um estudo da violência simbólica das grandes obras*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Recife: UFPE.

Schillaci, Manuela. 2019. "Religiosidade Truká e o Rio São Francisco (PE) : um estudo da violência simbólica das grandes obras" In: *REIA- Revista de Estudos e Investigações Antropológicas*. Ano 6, volume 6 (1), p. 5-25. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/reia/article/view/243196/33619>. Acesso em: 1º.mai.2023.

Vieira, Hítalo Thiago Gomes; Oliveira, Jacqueline Eyleen de Lima; & Neves, Rita de Cássia Maria. 2013. "A relação de intermedicalidade nos Índios Truká, em Cabrobó – Pernambuco" In: *Saúde e Sociedade*. São Paulo, v. 22, p. 566-574. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/LGXy5yn9KcFYTXwymPK5nVh/?lang=pt> . Acesso em: 1º.mai.2023.

UFPE. 2022. "Truka" In: *Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade (NEPE)*. Recife/PE. Disponível em: <https://www.ufpe.br/nepe/povos-indigenas/truka> . Acesso em: 1º.mai.2023.